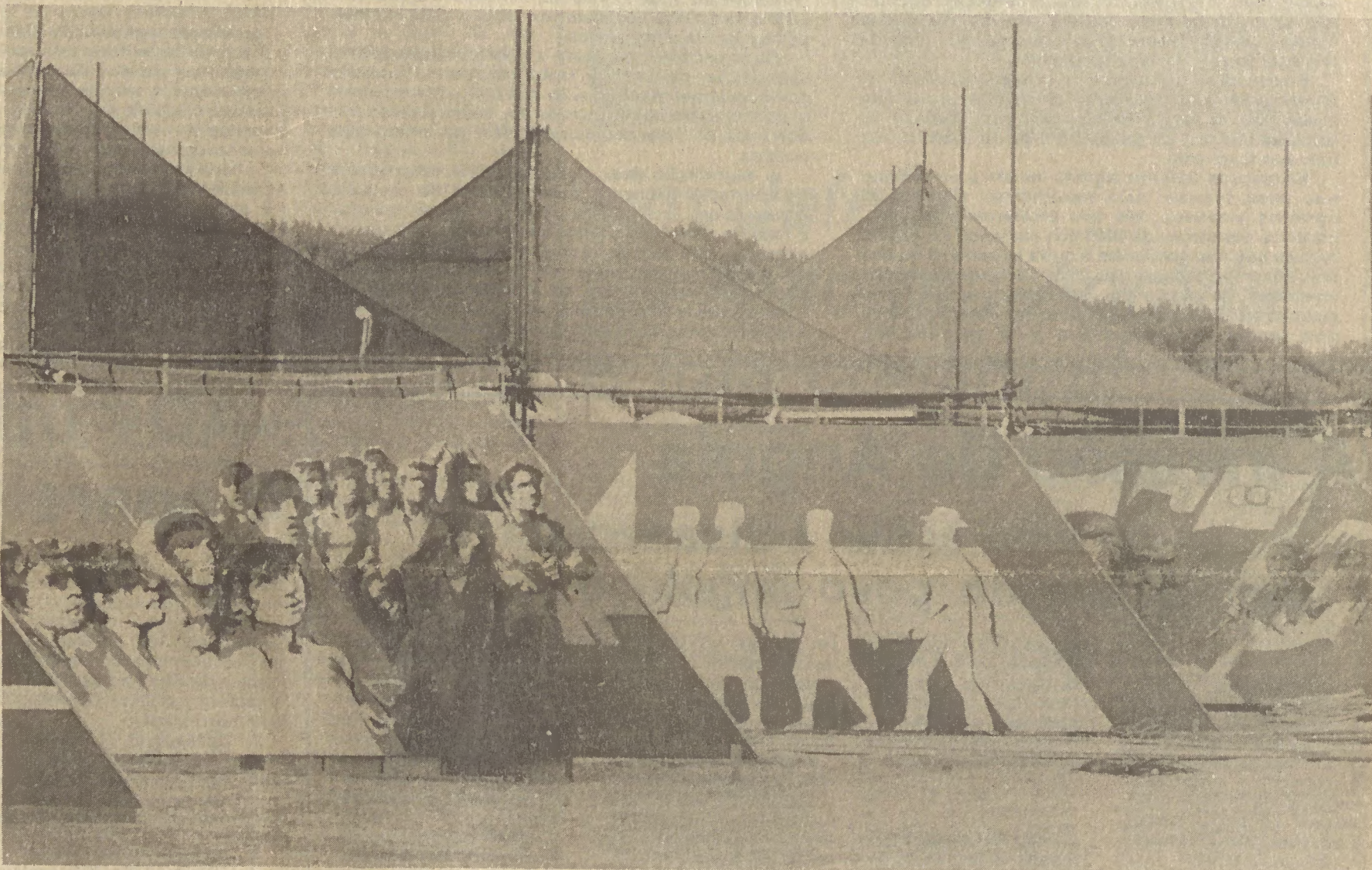
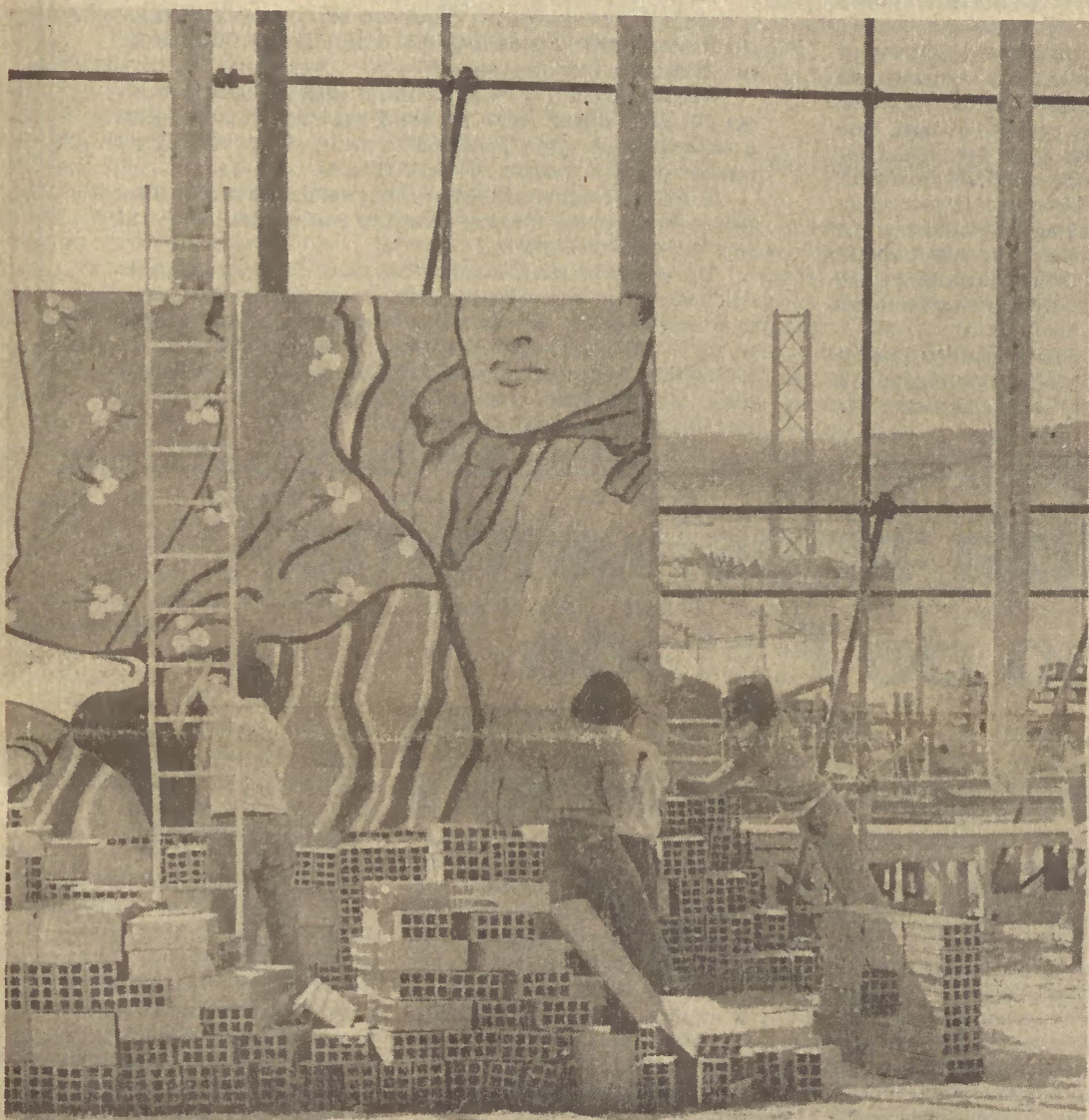


FESTA DO «AVANTE!» AMANHÃ NA AJUDA!

De amanhã até domingo, no Alto da Ajuda, centenas de milhares de pessoas vão participar na maior, mais humana e mais fraterna festa que se realiza em Portugal



A Festa ainda não começou. Mas tudo está (quase) a postos. Um último esforço, hoje e amanhã... e pronto! Entretanto, as imagens que aqui ficam dão já uma ideia do enquadramento que vai rodear a multidão que vai encher a Ajuda

Por uma autonomia regional dos Açores e Madeira ao serviço do povo



O que o governo tem feito para fazer voltar à normalidade a marterizada zona açoriana, está bem à vista

O sismo foi ontem?

Pág. 4 • Reportagem de Leandro Martins, enviado especial do «Avante!»

COMO IR À FESTA

Pág. 12



Cabo Verde independente há cinco anos

O Comité Central do PCP enviou ao Conselho Superior da Luta do PAIGC a seguinte saudação:

«Na passagem do 5.º aniversário da Proclamação da independência da República de Cabo Verde, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosa e fraternalmente o PAIGC, os seus militantes, todo o povo trabalhador cabo-verdiano.

Nesta data histórica para o PAIGC e o povo de Cabo Verde que os comunistas e o Povo português saudaram com alegria, evocamos a aliança de combate forjada entre os nossos partidos na luta contra o inimigo comum e a estreita ligação entre a revolução do 25 de Abril em Portugal e a conquista da independência por Cabo Verde.

Recordamos a figura de Amílcar Cabral, dirigente querido dos povos irmãos guineense e cabo-verdiano, herói do movimento de libertação nacional de África e do mundo.

O CC do PCP, certo de exprimir os sentimentos dos comunistas e trabalhadores de Portugal, reafirma a sua solidariedade ao PAIGC e ao povo cabo-verdiano na sua luta pela reconstrução nacional, pela consolidação e desenvolvimento das conquistas políticas, económicas e sociais do povo de Cabo Verde.

Viva o 5.º aniversário da Proclamação da independência da República de Cabo Verde.

Viva a amizade fraternal entre o PCP e PAIGC».

O povo angolano expulsou os invasores sul-africanos

Pág. 11

Os artistas da Festa do «Avante!»



(págs. centrais)

Editorial

UM GOVERNO SEM LEGITIMIDADE

A extrema-direita no Poder carrega actualmente sobre o dorso o fardo incómodo e pesado da estrondosa falência do seu projecto político.

Não, como é evidente, do projecto público pintado de demagogia que impingiu ao Povo português durante a campanha eleitoral. Esse — o projecto, não a demagogia — foi desde logo, na primeira hora da chegada ao Governo da camarilha fascizante Sá Carneiro/Freitas do Amaral, atirado pura e simplesmente às urtigas.

Referimo-nos, claro está, ao projecto real, secreto, não confessado, das forças reacçãoárias, do grande capital monopolista e latifundiário, de minarem primeiro, e o mais rápido possível, por dentro as próprias defesas do regime democrático saído do 25 de Abril e empreenderem depois, numa segunda fase e de maneira frontal, a sua destruição completa refazendo sobre os escombros uma nova ditadura.

As esperanças da reacção de realizar sobre rodas e como que em terreno conquistado o seu projecto anticonstitucional e golpista sofreram desde logo um rude xequé ante a resistência determinada e firme das classes trabalhadoras da cidade e do campo contra a sua política laboral. Ruíram depois em toda a linha quando pretendeu inviabilizar as instituições democráticas, introduzir a nível do Governo a inconstitucionalidade prática, submeter aos seus designios subversivos não só a Assembleia da República, onde a sua escassa maioria atingiu o limite máximo da erosão política, como os órgãos de soberania político-militar garantidas da Constituição que escapavam ao seu controlo — o Conselho da Revolução e o Presidente da República.

A camarilha governante da «AD» carregou no acelerador, para tentar destruir a curto prazo as conquistas fundamentais da Revolução mas faltou-lhe o fôlego, tomou os desejos por realidades, perdeu velocidade, abriu perigosas fendas na sua base social e política.

A desesperada ofensiva que a reacção no Governo desferiu contra as conquistas democráticas do Povo português desde o fecho dos trabalhos da Assembleia da República é uma verdadeira confissão não só das suas intenções subversivas e golpistas contra o regime democrático como da sua fraqueza real e da derrota dos seus objectivos.

Nestes dias o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral evidenciou de uma maneira ainda mais notória a sua falta de legitimidade, o seu total divórcio da realidade político-social do Portugal de Abril, a sua natureza fascizante.

Na zona da Reforma Agrária impera o banditismo nas suas formas mais repugnantes. Bandos de agrários armados, em que proliferam marginais, cobertos por forças da GNR sob comando de alguns oficiais que não obedecem a outra lei senão a do seu ódio aos trabalhadores e ao 25 de Abril e dos sórdidos interesses de rapina dos latifundiários, usam das maiores violências, impedem a colheita e recuperação dos frutos pendentes que a lei garante aos

trabalhadores das UCPs e cooperativas, lançam de novo no desemprego milhares de chefes de família.

Os acontecimentos de Arraiolos, Évora, Montemor e Couço mostram a total degradação da política do MAP ao serviço da reacção agrária e como desapareceu da acção dos governantes no Alentejo e no Ribatejo quaisquer sombras de legalidade, de respeito pela Constituição e pela própria condição humana.

A ofensiva desesperada contra a Reforma Agrária choca-se cada vez mais com a firme resistência dos trabalhadores e põe a nu os verdadeiros objectivos de classe da Aliança reacçãoária. No desespero da reacção de maneira visível desenvolve-se cada vez mais os germes da sua própria derrota.

NAS decisões do Conselho da Revolução fundamentadas nos pareceres da Comissão Constitucional, a celerada lei dos limites entre os sectores público e nacionalizado e do sector privado, foi como se sabe, rejeitada. O Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral impermeável à lei continua porém a sua ofensiva inconstitucional da reprivatização.

Nos últimos dias o Governo aprovou decretos-leis para o desmembramento e entrega ao capital privado dos sectores nacionalizados da Indústria Cervejeira e dos cimentos, ameaça outras empresas públicas como a EDP e a EPAL, sanciona abertamente os despedimentos em massa da multinacional ITT (Standard Electrica).

Na greve da TAP a acção equívoca do Governo, cujas linhas de força seria interessante desmontar, encaminham-se nitidamente para o desmembramento da empresa, a sua entrega ao capital privado, o desemprego total para os seus mais de 9000 trabalhadores. Qual a mola real dos interesses que norteiam a política do Governo na questão TAP?

Nenhum argumento social favorável aos trabalhadores faz reter a camarilha governamental Sá Carneiro/Freitas do Amaral a não ser a luta organizada, firme, activa e unida da classes trabalhadoras.

A libertação de mais 100 milhões de contos para indemnizações aos grandes banqueiros, industriais, comerciantes e latifundiários, completa o quadro de classe da política do Governo e isola-o cada vez mais da massa dos portugueses.

Se acrescentarmos ainda a toda esta acção a favor dos ricos contra os trabalhadores a política governamental relativamente aos agricultores pobres e médios então novos marcos são ultrapassados nos domínios da inconstitucionalidade e da imoralidade política.

A degradação dos preços agrícolas ao produtor, a importação maciça e desnecessária de produtos agrícolas que produzimos em excesso como o vinho, a falta de protecção contra a febre aftosa e a grossa negociação das vacinas, a mistificação dos subsídios do gasóleo, a expulsão de numerosos rendeiros e o roubo dos baldios às populações rurais são características da política de abandono dos pequenos e médios agricultores pelo Governo da «AD».

A falência da política agrícola do Governo é parte integrante da falência geral da sua política.

O final da última sessão parlamentar foi dramático para a coligação governamental.

Depois do que se passou na Assembleia da República não é lícito que o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral se arrogue ainda a si próprio uma maioria parlamentar.

Nas sucessivas votações da maratona — fiasco da Aliança reacçãoária do último dia parlamentar as defeições na escassa maioria da «AD» retiraram-lhe mesmo legitimidade maioritária na Assembleia da República.

O Governo viu a sua golpada legislativa desabar como um castelo de cartas, abandonou as intenções de fazer votar leis abertamente inconstitucionais pela anunciada recusa de voto de alguns sectores extremamente relutantes da «AD», acabou por se escusar com expedientes de sendeiro, à discussão e votação da moção de censura apresentada regimentalmente pelo PCP.

O Governo meteu o rabo entre as pernas e empreendeu uma retirada de vencidos.

A Aliança reacçãoária, que com 300 000 votos a menos que a oposição democrática se fartou de arrotar a sua maioriazinha parlamentar durante os 6 meses da sessão legislativa, chegou ao último dia do seu Governo em minoria e retirou-se ingloriamente para os bastiões.

As violências, ilegalidades e medidas arbitrárias que está agora levando à prática nas costas da Assembleia da República, pondo em execução medidas de fundo para que não está autorizado, mais que acentuam a sua ilegitimidade e mais que justificam a sua demissão imediata.

Nas ruas e praças das cidades e vilas de Portugal, nos campos da Reforma Agrária, poderosas acções de massas exigem «Sá Carneiro para a rua!»

O Povo português já demitiu o Governo, a maioria parlamentar da Aliança reacçãoária transformou-se em minoria.

Os pressupostos políticos para a demissão do Governo estão verificados — o Governo Sá Carneiro não tem qualquer autoridade nem legitimidade para dirigir o País.

A falta de legitimidade e de autoridade do Governo fascizante Sá Carneiro/Freitas do Amaral, as exigências da sua demissão estão de tal maneira legitimadas e são tão imperiosas quanto é certo que toda a máquina governativa está já a ser posta ao serviço de uma monstruosa fraude eleitoral que está a ser montada peça a peça pela Aliança reacçãoária.

Toda o aparelho da Administração Pública e da Comunicação Social estatizada está a ser manipulado e afeiçoado para garantir a vitória fraudulenta da extrema-direita nas próximas eleições legislativas e presidenciais.

Toda a estratégia política do Governo está para aí virada através do empenho fraudulento dos dinheiros do povo nesta indigna manobra dos partidos da reacção no Poder.

O Governo prepara-se claramente para pôr em prática medidas financeiras de carácter eleitoralista distorcendo ainda mais as linhas já distorcidas do Orçamento Geral do Estado.

O «magnânimo» Governo da «AD» que cortou às autarquias locais 24 950 mil contos acrescentou 5 milhões aos 1 600 000 antes cativos da verba destinada às autarquias por força da Lei das Finanças Locais para os distribuir não se sabe com que critério como fez com a fatia dos 10 milhões de contos retirados sem dizer «água vai» do montante das nossas reservas.

A invasão em massa agora feita por gente da «AD» na RDP e outros órgãos da Comunicação Social estatizados é um novo indício dos febrís preparativos para a manipulação eleitoralista da máquina do Estado a favor dos partidos da direita.

É ainda no quadro desta estratégia eleitoralista que se desenvolvem as relações do Governo com os órgãos de soberania político-militares.

Todos os dias o Governo e os seus adeptos lançam os ataques mais pífidos àqueles órgãos de soberania, as atitudes cheias de impertinência dos governantes da «AD» e pessoalmente de Sá Carneiro para com o Presidente da República assumem foros de provocação. Com que objectivo? Uma interessante questão para esclarecer.

O Governo tem razão para estar preocupado com a sua perda de velocidade, mas sobretudo com a perda de influência e de credibilidade política, com o debilitamento da sua base de apoio social e político.

Nestes dias a incapacidade e incompetência do Governo dificilmente poderiam esconder-se aos olhos do Povo português.

As perspectivas de uma substancial vitória das forças democráticas nas próximas eleições são reais, há condições para inflingir à reacção uma séria derrota, mas o jogo para a direita que se desenha da parte do PS pode, de novo, impedir o aproveitamento de todas as reais possibilidades de uma concludente vitória democrática nas eleições legislativas que se aproximam.

A necessidade de uma acção coordenada para a demissão imediata do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral impõe uma urgente troca de opiniões entre socialistas e comunistas.

Nesse sentido o PCP tomou a iniciativa de visitar ao PS contactos entre os dois partidos, com vistas a adopção de uma posição comum. Para o PS tais contactos são, porém, «inoportunos».

O PS cujo oportunismo no passado lhe ocasionou pesadas derrotas arrisca-se agora a novas outras, mas por «inoportunismo»...

Os trabalhadores socialistas tirarão deste facto as necessárias consequências, mas cada vez mais é o reforço da unidade de todos os democratas e patriotas, o alargamento e dinamização do movimento popular e democrático de massas o factor determinante das grandes decisões e das grandes vitórias políticas da hora actual.

A invasão de Angola

● Impõe-se uma activa solidariedade com a luta do povo angolano

1 A invasão do território da República Popular de Angola por tropas regulares da África do Sul constitui um gravíssimo atentado à soberania e integridade territorial da RPA e uma séria ameaça para a segurança dos países da região e para a Paz.

2 Este novo acto agressivo e criminoso perpetrado pelo regime racista de Pretória, inserido nas tentativas do imperialismo para liquidar a revolução angolana e prolongar a ilegal ocupação militar da Namíbia pela África do Sul, exigia do Governo Português uma vigorosa condenação formal, única atitude consentânea com a posição solidária do Povo

português com o povo irmão de Angola, com a defesa dos interesses nacionais, com a letra e o espírito da Constituição, com a defesa da causa da paz e da amizade entre os povos.

3 O voto de Portugal no Conselho de Segurança da ONU não passou de uma tentativa de camuflar a verdadeira política de hostilidade do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, para com a República Popular de Angola.

Com efeito, não se pode deixar de assinalar que o Governo da «AD», confirmando o carácter meramente demagógico de certas declarações de intenção, continua a dar guarida e facilidades de variado tipo a inimigos declarados da RPA, permi-

tindo que o território nacional continue a ser utilizado como base de preparação de actos de hostilidade e conspiração contra aquele país.

É igualmente significativo que, no mesmo dia em que o presidente Carter se encontrava em Portugal, tenha sido anunciado com relevo em órgãos de informação estatizados a elaboração por uma Comissão do Congresso dos EUA de um texto autorizando o presidente norte-americano a «ajudar-secretamente» os fantoches da UNITA e da FNLA.

4 Condenando firmemente a invasão da RPA por tropas da África do Sul, o PCP denuncia que a passividade, as declarações ambíguas e evasivas, os ex-

tremos cuidados do Governo Sá Carneiro em não criticar e condenar a África do Sul, espelham de facto um efectivo alinhamento do Governo AD com o imperialismo na sua estratégia na África Austral e de apoio ao regime fascista e racista de Pretória.

O PCP reafirma que só uma política de amizade e cooperação para com a RPA é conforme com os interesses do Povo português e de Portugal e salienta perante os trabalhadores e os democratas portugueses a importância de uma activa solidariedade para com a luta do povo angolano.

Lisboa, 5 de Julho de 1980.

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

«AD» utiliza abusivamente o aparelho de Estado

1. Foi tomado público, e não desmentido, o anúncio de que o Governo organiza grupos de trabalho para a campanha eleitoral da «AD» envolvendo acções a realizar por departamentos ministeriais e deslocações de governantes, incluindo o Primeiro-Ministro.

2. O anúncio de tal procedimento vem confirmar, também para fins eleitorais, o uso e abuso que a «AD» vem fazendo do aparelho de Estado.

3. O anúncio de tal procedimento culmina um conjunto de actos em que aparecem fundidos o Governo da «AD» e Estado, em que são gastas em proveito de interesses

partidários largas somas de dinheiros públicos com as mais diversas despesas de deslocações e propagação.

4. O anúncio de tal procedimento vem confirmar as preocupações do PCP no sentido de que a democratização das próximas eleições ficará gravemente comprometida se estiver no Poder um governo sem quaisquer escrúpulos, que inscreve no seu programa e tem mostrado na sua acção querer transferir as eleições numa mascarada que lhe assegurasse a ilegítima continuidade no Poder.

5. Um Governo e um Primeiro-Ministro que participam em comícios da «AD», reves-

tando as suas deslocações carácter oficial; um Governo e um Primeiro-Ministro que usam essa qualidade para propagação partidária; um Governo e um Primeiro-Ministro que usam métodos de caciques, fazem discursos demagógicos, promessas e consumação de obras de fachada com fins eleitorais não dão a mínima garantia da isenção e seriedade que devem presidir à realização das importantes eleições que se aproximam.

6. Com a prática de tais métodos, que envolvem a utilização massiva dos órgãos de Comunicação Social estatizados e a participação pessoal de

agentes da «AD» hefeis colocados ao mais alto nível, o Governo Sá Carneiro procura esconder e compensar o seu crescente isolamento social e político.

7. Esta política do Governo «AD» está seguramente votada ao fracasso, porque o Povo português a condena e saberá derrotá-la. As próximas eleições confirmarão, de forma decisiva, a exigência nacional de uma maioria democrática e um governo democrático que prossigam o caminho aberto pelo 25 de Abril.

Lisboa, 7 de Julho de 1980
A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

50.º aniversário do PC da Colômbia

O Comité Central do PCP enviou ao CC do PC da Colômbia a seguinte saudação:

Queridos Camaradas: Por ocasião do 50.º Aniversário da fundação do Partido Comunista da Colômbia, o Comité Central do Partido Comunista Português envia as suas mais calorosas e fraternais saudações ao Comité Central do Partido Comunista da Colômbia e, por seu intermédio, a todos os comunistas, à classe operária, ao povo trabalhador da Colômbia.

A história dos 50 anos do Partido Comunista da Colômbia é inseparável da história viva da luta dos operários, camponeses, empregados e intelectuais colombianos pela justiça social e a liberdade, pela democracia, pela paz e o socialismo. 50 anos de luta ao longo dos quais calram centenas de camaradas contra as prepotências, as perseguições, resistindo à violência reacçãoária perpetrada pelos governos

representativos da oligarquia e dos monopólios a soldo do imperialismo.

Nos dias de hoje o Partido Comunista da Colômbia lutando infatigavelmente pela unidade da classe operária e das forças democráticas e pelos interesses vitais da classe operária e das massas populares contra a militarização crescente do regime, é bem o herdeiro das tradições revolucionárias do povo colombiano e a vanguarda revolucionária da classe operária da Colômbia.

Os comunistas portugueses são solidários com o Partido irmão da Colômbia na sua batalha contra a repressão, pela libertação de todos os presos políticos e com a luta do povo colombiano pelo aprofundamento das liberdades democráticas e pela independência nacional e com a sua luta mais geral pela libertação da Colômbia do domínio do imperialismo.

Queridos Camaradas:

A evolução da situação internacional continua a processar-se favoravelmente às forças da paz, do progresso social e do socialismo. A URSS e restantes países socialistas, a classe operária nos países capitalistas e o movimento de libertação nacional têm obtido importantes êxitos nos últimos anos. Para tentar travar a luta libertadora dos povos, o imperialismo internacional desencadeou nos últimos meses uma vasta contra ofensiva. Para lhe fazer frente vitoriosamente, o Partido Comunista Português considera da mais alta importância o reforço da unidade do movimento comunista internacional, como força insubstituível na luta pela defesa da paz e do progresso social e como factor decisivo da coesão das forças anti-imperialistas e amantes da paz à escala mundial.

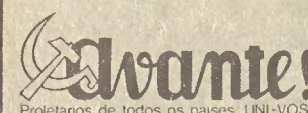
Estamos confiantes que o povo

colombiano acabará por triunfar sobre as tentativas das forças reacçãoárias e fascistas para liquidar as liberdades tão duramente conquistadas pela luta das massas populares e levará a cabo a sua luta libertadora da exploração oligárquica e do domínio imperialista.

Fazendo votos para que o Partido Comunista da Colômbia obtenha os maiores sucessos na sua actividade, os comunistas portugueses continuarão actuando para que os laços de amizade e solidariedade existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da Colômbia se reforcem e se desenvolvam, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Viva o 50.º Aniversário do Partido Comunista da Colômbia!

Viva o Partido Comunista da Colômbia!



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

● Jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1695 Lisboa-CODEX. Tel. 789345.
ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — 1000 Lisboa. Tel. 789744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1695 Lisboa-CODEX. Tel. 789725/789722.

DISTRIBUIÇÃO:

CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — 1000 Lisboa. Tel. 779826/779825.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/v — 1000 Lisboa. Tel. 789705 (Abrangem dos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57b — 4000 Porto. Tel. 28538.

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 188, Pedrúlia — 3000 Coimbra. Tel. 31288.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS:

Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779826.

PUBLICIDADE CENTRAL:

Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 778936/778750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO:

R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Junho: 70 338



As edições Avante! acabam de lançar mais uma edição do

PROGRAMA e ESTATUTOS do PCP

As propostas e estrutura de um grande partido de massas

CDL a distribuição

Obras completas de SOEIRO PEREIRA GOMES



edições • popular • especial para coleccionadores

CDL a distribuição

Comissão Central da JCP faz o balanço das consequências de 6 meses de política «AD» para a vida da juventude portuguesa

A política antijuvenil da «AD», a participação activa da jovem geração na «grande vaga» de luta popular» e a posição da juventude face às próximas eleições, constituíram os principais temas da reunião da Comissão Central da JCP-Juventude Comunista Portuguesa, efectuada no último sábado, no CT da Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa.

No comunicado com as conclusões da reunião — a primeira grande sessão de trabalho da CC, eleita em Maio passado, no 1.º Congresso da JCP —, ao referir-se que o «Governo 'AD' é antijuvenil e não tem legitimidade para governar», os jovens comunistas sublinham:

«Desde a sua formação, em Janeiro de 1980, o governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral foi denunciado pela JCP como um governo profundamente antijuvenil. Seis meses depois, passando em revista a acção governamental em relação à juventude, confirmam plenamente esta caracterização».

O importante documento da JCP destaca em seguida três sectores fundamentais em que se constata sem qualquer dúvida a inoperância e a demagogia do executivo PPD/CDS.

**Desemprego, falta de apoio social
— a marca «AD»...**

«O Governo 'AD' prometeu diminuir o desemprego juvenil. Mas o que está à vista de todos é que o desemprego não só não diminuiu como aumentou, com a liberalização ainda maior dos despedimentos (ITT/Standard, por exemplo); com o agravar da repressão patronal; com o intensificar da sua política repressiva de roubos de terras às UCPs e Cooperativas, na zona da Reforma Agrária; com a manutenção de muitos milhares de jovens sujeitos à incerteza dos contratos a prazo; com a tentativa de imposição de um projecto de carreiras médicas que põe em causa os postos de trabalho de milhares de actuais e futuros jovens médicos».

E mais adiante, diz o comunicado:

«O Governo 'AD' prometeu 'uma casa a cada família portuguesa', em especial aos jovens casais e deu 'garantias' de ir conter e diminuir o aumento do custo de vida. Mas o que está à vista de todos é a crescente especulação em torno das rendas de casa; é a inexistência por parte do Governo de quaisquer medidas de fomento da habitação para jovens casais; é o aumento desenfreado da inflação, que torna cada vez mais difícil ser jovem em Portugal».

Quanto ao sector do Ensino: O Governo «AD» prometeu atacar a crise resolvendo os

seus problemas mais instantes, nomeadamente o aberrante e antipedagógico Ano Propedéutico. Mas o que está à vista de todos é um projecto de Lei de Bases do Sistema Educativo que o MEC quis (mas não conseguiu) aprovar à margem dos estudantes, dos professores e do País; é um conjunto de medidas legislativas no Ensino Superior (decreto 66/80; anteprojecto das carreiras médicas; tentativa de inserção dos ISE's e ISCA's no Ensino Politécnico; projectos relativos a prescrições e precedências, etc.), visando uma remodelação ainda mais reacçãoária da estrutura e da gestão do Ensino Superior; é a «promessa» de uma alternativa ao Propedéutico ainda mais aberrante do ponto de vista pedagógico e mais elitista e classista na admissão; é o escândalo nacional das reprovações no 11.º Ano Unificado, que obrigou o próprio Mec a suspender a sua publicação.

A Comissão Central da JCP salienta que diminuiu de forma muito significativa a base de apoio e a influência eleitoral da direita junto da juventude («como é exemplificado pela perda de várias Associações de Estudantes, nomeadamente do Instituto Superior Técnico, onde a lista unitária obteve grande vitória») e que nas próximas eleições «a juventude portuguesa não deixará de julgar com toda a severidade e chamada «AD» pela sua política antijuvenil, pela traição das promessas eleitorais que demagogicamente agitou nas Intercares de Dezembro».

Devido à sua política contra a juventude e às suas manobras no plano nacional,



designadamente a operação subversiva contra o regime democrático, a JCP conclui que o Governo Carneiro/Amaral perdeu legitimidade para governar e que a sua demissão é uma medida indispensável para defender Abril e os direitos da juventude.

Três frentes de luta

Ao referir que «dando ainda mais força ao poderoso movimento popular, o fortalecimento da luta juvenil nestes últimos anos contribuiu para encaminhar a «AD» para a derrota, cujo governo avaria já importantes insucessos, nomeadamente a impossibilidade de aprovação de leis decisivas para o seu plano subversivo (lei da privatização da banca, lei eleitoral, etc.); o fiasco da integração imediata de Portugal na CEE considerada a prioridade das

prioridades da dupla Carneiro/Amaral; as deserções e fracturas no interior da própria «AD», os jovens comunistas destacam três importantes frentes de luta e acção da massa juvenil:

● **na defesa de Portugal de Abril e das suas conquistas**, com uma enorme participação de jovens nas grandes manifestações e jornadas de luta contra o governo e sua política; no activo contributo dos jovens operários agrícolas nas heróicas acções de resistência em defesa da Reforma Agrária.

● **na defesa dos interesses específicos da juventude**.

A juventude trabalhadora (nomeadamente a juventude operária) participou activamente nas lutas (greves, paralisações, concentrações e manifestações) para o descongelamento dos CCT; para combater a repressão patronal; para defender os postos de trabalho, etc. Os estudantes do Secundário

lutaram e lutam por melhores condições de ensino, por justos métodos de avaliação contra os exames nacionais, cuja falência está bem demonstrada no actual número de reprovações. Os estudantes das Universidades opõem-se aos projectos e medidas governamentais, contestando no ENDA a Lei de Bases do Sistema Educativo do governo e desencadeando mais de uma centena de lutas que envolveram centenas de milhares de universitários.

● **na acção pela ocupação dos tempos livres de forma sã e criadora**. Foram realizadas milhares de iniciativas desportivas, culturais e recreativas que movimentaram centenas de milhares de jovens. Foram combatidas, com êxito, medidas do governo neste campo, nomeadamente a decisão do Comité Olímpico Português em participar nos Jogos Olímpicos de Moscovo que o Governo, a mando de Carter, fez tudo para evitar.

Na última parte do documento, a CC da Juventude Comunista chama a atenção para a importância de que se reveste o próximo acto eleitoral, destacando desde logo a contribuição juvenil para a derrota da «AD» e para a conquista de uma maioria democrática.

Depois de apelar ao voto massivo da juventude nas linhas Povo Unido, a CC da JCP revela que decidiu dinamizar por todo o país a criação de Comissões Juvenis de apoio à APU, «com o objectivo de organizar e dar expressão ao grande apoio e influência eleitoral que o PCP e a APU gozam entre a juventude portuguesa».

A Comissão Central dos jovens comunistas — lê-se em seguida — «definiu como orientação a privilegiar para o trabalho eleitoral entre a juventude ganhar por um voto na APU muitos jovens que, iludidos pela demagogia eleitoral da «AD», lhe deram o seu voto em Dezembro de 79».

Mais adiante, sublinha que a Plataforma apresentada pelo Partido ao eleitorado («Uma política nacional com o Portugal de Abril») «dá resposta aos principais problemas e aspirações juvenis, designadamente ao combate ao desemprego, à insegurança no trabalho, à crise do ensino e à melhoria das condições de vida da juventude».

A reunião da CC da JCP aprovou duas moções: uma em solidariedade com os trabalhadores da Reforma Agrária e outra contra a orientação elitista e inoperância do Ministério da Educação, uma vez mais patente no problema dos pontos de exame do 11.º ano.



Em defesa da Reforma Agrária a luta continua!

A demissão da Governadora Civil de Évora, Mariana Calhau, e do Governo «AD», o fim da repressão e da ofensiva contra a Reforma Agrária, a imediata devolução das máquinas roubadas e a sua entrega às UCPs e Cooperativas Agrícolas, suas proprietárias,

levaram no passado domingo à Praça do Giraldo, em Évora, e às ruas da cidade, milhares de trabalhadores, numa das maiores manifestações de sempre.

Como causa imediata desta jornada de protesto e luta, os gravíssimos acontecimentos da quarta-feira anterior.

Quando os trabalhadores da UCP «Santana do Campo» e de outras unidades, no exercício do direito de colheita dos frutos pendentes, estipulado na lei, ceifavam o trigo da Herdade da Oleirita, concedida ilegalmente como reserva ao agrário Miguel Potes, uma força da GNR, numa autêntica operação militar, invadiu as terras, expulsou os trabalhadores, usurpou o trigo ceifado (mais de quatro mil quilos) e apreendeu três ceifeiras debulhadoras. Mais tarde, uma outra força da GNR, sob o comando do tristemente célebre tenente Jerónimo

Santos, numa acção violenta, apoderou-se de sete tractores dos trabalhadores em plena vila de Aralallos, e fê-los conduzir sob escolta, e acompanhados por alguns agrários, para as instalações da GNR em Évora.

Num vivo repúdio contra estes acontecimentos, centenas de trabalhadores deslocaram-se para a porta das Alagoas, em Évora. E seria aí que os acontecimentos assumiram maior gravidade. A GNR interveio, desta feita, e pela primeira vez desde o 25 de Abril, com o auxílio activo da PSP, além da acção terrorista dos habituais bandos de agrários. As armas vomitaram fogo contra trabalhadores e populares, pondo a cidade em alvoroço. Mais de uma dezena de feridos, entre os quais uma criança de 13 anos, Angelino Casas Novas, um emigrante em férias, Armando Silva, técnico de computadores, e outros. As muralhas e as paredes das cidades revelam os sinais, as marcas da ferocidade e da repressão.

A Governadora Civil de Évora, Mariana Calhau, em entrevista a um diário, ousa dizer que representa «um

Governo que é verdadeiramente democrático e está empenhado em resolver os problemas dos portugueses, o que já demonstrou largamente com a sua actuação». Actuação que, como todos sabem, é a do roubo de terras, do roubo da cortiça, do roubo de máquinas e de gados, do roubo da tranquilidade, da paz, de um clima propício ao trabalho e ao aumento da produção. Actuação que é da lei da bastonada e do gatilho. Até quando permanecerá esta situação? Até quando os trabalhadores continuarão clamando pela demissão do Governo de Sá Carneiro?

O que fica como lição maior destes acontecimentos foi dado, no domingo, em Évora: os trabalhadores não se deixam intimidar, os trabalhadores não recuam nem desmobilizam. Não que embarquem em aventuras esquerdistas, nas provocações fáceis que mal escondem propósitos sinistros para pretexto de mais violentas acções. Não, serena mas combativamente, os trabalhadores, em cada dia, fazem prática do que disseram e gritaram em Évora «A Reforma Agrária vencerá!»

Os emigrantes portugueses estão com o 25 de Abril e repudiam o «recenseamento AD»

● Entrevista com Sousa Marques no seu regresso da Holanda e Suécia

Em representação do Grupo Parlamentar Comunista e integrado numa delegação da Assembleia da República, o camarada Sousa Marques participou, há alguns dias, nas cerimónias comemorativas do XX aniversário da EFTA, realizadas em Estocolmo. A viagem que realizou foi, entretanto, aproveitada para contactar alguns núcleos de emigrantes portugueses, quer na Suécia, quer na Holanda. A propósito destes contactos trocámos breves impressões.

Que contactos realizou?
— Na Holanda, para além de uma sessão de esclarecimento realizada em Amsterdão, na «Associação Resistência e Trabalho», tive a oportunidade de conviver informalmente com emigrantes portugueses, nomeadamente com camaradas emigrantes comunistas.

Na Suécia — continuou Sousa Marques —, realizei, conjuntamente com o economista

Vasco Cal, da CGTP/IN, que também esteve presente nas cerimónias comemorativas do aniversário da EFTA, uma sessão de esclarecimento em que estiveram presentes algumas dezenas de compatriotas nossos. Pudemos também aqui conviver e aprender os problemas que se colocam aos trabalhadores que se viram forçados a abandonar a nossa pátria e, no estrangeiro, dignificam o nosso país e os trabalhadores portugueses.

Também na Suécia, e desta vez em Malmö, contactamos a comunidade portuguesa, tendo convivido durante algumas horas numa das associações com os nossos compatriotas.

Que mais te impressionou durante a estadia?

— Em primeiro lugar impressionou-me o grande prestígio de que os emigrantes portugueses gozam. Em segundo lugar, o amor que continuam a manifestar pela sua pátria e os laços que mantêm, mesmo quando

emigrados há 10, 20 ou mesmo 30 anos. Em terceiro lugar, a lucidez com que encaram os problemas de Portugal e dos portugueses.

E como encaram eles os problemas actuais de Portugal?

— Posso desde já afirmar que os emigrantes portugueses também dizem não à política da «AD» e do Governo de Sá Carneiro/Freitas do Amaral. Os nossos compatriotas sabem bem que os que querem utilizar para fabricar votos falsos e falsos deputados, ao mesmo tempo que, uma vez mais, as suas remessas são olhadas com o único fito de tentar equilibrar a balança de pagamentos.

Por toda a parte cresce a consciência de que, também para os emigrantes, a política da «AD» não serve. Por todo lado ouvimos manifestações de repúdio pela tão apregoiada valorização do escudo, por exemplo. Simultaneamente mostraram-nos o seu apoio à nossa iniciativa de constituição de comissões

consulares de emigrantes e criticaram duramente o cancelamento do Dia das Comunidades decidido pelo Governo de Sá Carneiro.

Tem interesse referir que na Holanda estavam a ser recenseados emigrantes fora do prazo e, na Suécia, estavam a ser recenseados estrangeiros, isto é, emigrantes portugueses naturalizados sucos há bastante tempo! Eis dois exemplos significativos do recenseamento à moda da «AD»!

Quanto à reunião da EFTA, qual o seu objectivo?

— Tratou-se de um conjunto de cerimónias comemorativas. No entanto, no decurso dos debates, foi uma vez mais reconhecida a profunda crise que o mundo capitalista atravessa.

Gostaria de recordar que estiveram presentes 130 delegados dos sete países da EFTA, 20 dos quais representando Portugal — o Governo,

a Assembleia da República (2 deputados do PPD, 1 do PS, 1 do CDS e eu próprio em representação do PCP), e as entidades patronais e sindicais.

Saliento ainda que da participação portuguesa se destacou a intervenção produzida por Vasco Cal, membro do Comité Consultivo, que aproveitou a ocasião para referir os problemas que mais afligem os trabalhadores portugueses e as propostas por eles apresentadas e defendidas.

Um comentário final sobre a viagem?

— Apenas um, muito breve e curioso: dos 20 delegados portugueses, os únicos que contactaram directamente os emigrantes portugueses em reuniões de convívio ou em sessões de esclarecimento, foram o Vasco Cal e eu. Julgo não serem necessários comentários. O movimento sindical unitário e o PCP têm o apoio de quem trabalha, dentro e fora do país.

Conhecer Lénine

mais que uma questão política uma questão cultural

250\$

a distribuição

Faleceu Ivo Ferreira

Faleceu recentemente o camarada Ivo Ferreira, velho militante do Partido, a quem aderiu após a Revolta da Madeira, de Abril de 1931, movimento em que participou com 21 anos de idade. Natural de São Pedro, Funchal, onde nasceu em 19 de Maio de 1910, o camarada cumpriu 9 anos de prisão. Preso pela primeira vez pela PIDE, no Funchal, foi condenado em Lisboa a uma pena de três anos que foi sucessivamente pror-

rogada com as famigeradas «medidas de segurança». Durante a 2.ª Guerra Mundial colaborou como militante do Socorro Vermelho.

LEONEL FRAGOSO LIMA — Membro da Célula dos Serviços Municipalizados de Almada, faleceu recentemente o camarada Leonel Fragoso Lima, militante do nosso Partido.

Iniciativas dos reformados

O Centro de Dia da União dos Pensionistas da Previdência e Segurança Social (Associação de Reformados), divulgou recentemente o seu programa de actividades para o corrente mês, que promete ser bastante animado.

Assim, no próximo dia 13, na Sede da Associação, realiza-se um baile para os Reformados, outro tanto sucedendo no dia 20, onde se prometem muitas surpresas. No dia 26 haverá uma Festa-Convívio para a comemoração do 6.º aniversário da Fundação daquela Associação. Entretanto, no fim do próximo mês — a 30 de Agosto — a Associação de Reformados

promove uma excursão a Badajoz (Espanha), com partida às 6,30 da manhã junto à sede. O preço é bastante módico (390\$00), podendo ser pago por duas vezes, ou seja, metade no acto de inscrição e o restante no dia 25 de Julho. O regresso está previsto para as 18 h do mesmo dia.

Reformados de novo marginalizados

Mais uma vez a Assembleia Municipal de Lisboa excluiu as organizações representativas dos reformados da composição do

Conselho Municipal, o que a Associação de Reformados de Lisboa considera incomprensível. Protestando contra esse facto, a Associação interroga se o facto de mais de um milhão de reformados viverem em bairros degradados, passar fome devido às pensões de miséria que recebem e passarem inúmeras carências, não seria razão mais que suficiente para as suas organizações estarem representadas em tão importante órgão consultivo. O seu afastamento, salienta a Associação, só pode significar que a Assembleia Municipal não está interessada em ouvir e ajudar os Reformados.

Semana

2
Quarta-feira

1968 — Os pescadores de Matosinhos terminam uma greve de dois dias exigindo aumento de salários; cerca de 120 traineiras ficam nas docas.

O Ministério da Educação determina a retirada e recolha das pautas contendo as classificações das provas dos exames do 11.º ano de escolaridade (antigo 7.º ano), devido a muitas irregularidades surgidas nos enunciados das provas. ■ A frota portuguesa que opera no mar da Mauritânia emprende o regresso a Lisboa, devido a ter terminado o prazo das licenças respectivas sem que fosse firmado novo acordo entre os dois países, não tendo o Governo providenciado a tempo para que fossem cumpridos os compromissos assumidos em Janeiro perante a Mauritânia. ■ O Presidente da República, general Ramalho Eanes, recebe uma delegação da recém-formada Frente Republicana e Socialista (FRS). ■ Sá Carneiro afirma que as negociações para a adesão à CEE prosseguirão «paralelamente» com a tentativa de solução interna dos problemas agrícolas e financeiros com que se debate a CEE. ■ Os trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas com montado de sobro dos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Santarém reúnem-se em plenário em Évora, tendo decidido não proceder à extração da cortiça enquanto não for garantida a comercialização daquele produto pelos tiradores das UCPs e Cooperativas, a favor de quem deverão reverter os lucros do negócio. ■ Em defesa da revisão do acordo colectivo de trabalho, a Federação dos Sindicatos Ferroviários determina uma paralisação de 48 horas.

3
Quinta-feira

1821 — O rei de Portugal, D. João VI, regressa a Lisboa após uma permanência de 13 anos na então colónia do Brasil, para onde fugira na sequência das invasões napoleónicas.

Discursando na Câmara Municipal da Figueira da Foz, o Presidente da República, general Ramalho Eanes critica «os processos de interferência constante e de prepotência burocrática» implantados pelo regime fascista e que «são um obstáculo para a orientação democrática de uma sociedade moderna». ■ Por decisão do Governo PPD/CDS, a TAP é declarada empresa «em situação económica difícil». ■ O primeiro-ministro francês Raymond Barre confirma em Madrid que não haverá alargamento da CEE enquanto não forem resolvidos os respectivos problemas internos. ■ Em comunicado, o Secretariado das UCPs e Cooperativas e o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora responsabilizam o governador civil daquele distrito, Calhau Perdigão (do PPD) e o Governo «AD» pelos incidentes ontem provocados por forças da PSP e da QNRP em Arraiolos e Évora, durante os quais foram feridas mais de 12 pessoas. ■ Os sindicatos representativos do pessoal da Empresa Pública das Águas de Lisboa (EPAL) advertem, em conferência de imprensa, o Governo Carneiro/Amaral de que «tomarão todas as medidas que se afigurem necessárias à defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores» caso a publicação do respectivo acordo colectivo de trabalho continue a ser boicotada.

4
Sexta-feira

1937 — Frustra-se um atentado bombista a Salazar.

Em conferência de imprensa, o embaixador da República Popular de Angola em Portugal, Adriano Sebastião, considera que o silêncio do Governo «AD» sobre a prolongada agressão dos racistas sul-africanos contra o seu país compromete o futuro das relações de cooperação entre Portugal e a RP de Angola. ■ As organizações representativas do pessoal da Standard Eléctrica efectuam uma conferência de imprensa em pleno Rossio, em Lisboa, para denunciarem as novas manobras da administração, que pretende concretizar o despedimento arbitrário de 212 trabalhadores. ■ Um grupo de trabalho constituído por representantes dos sindicatos e de comissões de trabalhadores de empresas do sector das pescas responsabiliza o Governo pelo malogro das negociações do acordo com a Mauritânia e acusa o Executivo da «AD» de pretender destruir a Companhia Portuguesa de Pescas (CNP) e a Sociedade Nacional dos Armadores da Pesca do Arrasto (SNAPA), empresas nacionalizadas do sector.

5
Sábado

1833 — Batalha naval do Cabo de S. Vicente; a esquadra liberal, comandada por Napier, derrota a esquadra miguelista.

Sá Carneiro e uma comitiva de cinco ministros e dois subsecretários de Estado, na sequência de uma deslocação ao Porto ontem iniciada, onde se reuniram com a imprensa e o patronato nortenho, participam num comício da «AD» nesta cidade; a DORP do PCP qualifica esta situação de flagrante exemplo de abusiva utilização do aparelho de Estado. ■ Milhares de pessoas concentram-se na Praça do Giraldo, em Évora, repudiando a política de roubo e repressão do Governo Carneiro/Amaral, dando origem aos incidentes do passado dia 2 naquela cidade. ■ A Comissão Sindical Negociadora (CSN) da TAP anuncia o seu propósito de lutar contra a declaração governamental daquela empresa em situação económica difícil. ■ Reúne a Comissão Central da UCP, em conferência de imprensa e apresentação do comunicado final, no qual se destacam duas conclusões fundamentais: «a demissão do Governo Carneiro/Amaral é uma medida indesejável para defender Abril e os direitos da juventude» e que é de enorme importância a contribuição juvenil para a derrota da «AD» nas próximas eleições.

6
Domingo

1979 — Surgem revelações na imprensa que confirmam o envolvimento do Governo Mota Pinto na autorização de venda de material de guerra português ao regime fascista de Somoza, na Nicarágua.

Termina em Aveiro o Encontro da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), considerando-se nas conclusões que a lavoura deve estar presente em quaisquer debates que se venham a realizar sobre uma possível integração de Portugal na CEE. ■ Citando fontes oficiais, a ANOP informa que já está regulamentado o 12.º ano de escolaridade, que substituirá oficialmente o ano propedéutico, tendo sido aprovados os respectivos diplomas em Conselho de Ministros.

7
Segunda-feira

1920 — Nasce em Ilhavo o camarada Mário Sacramento, médico e escritor.

O Presidente da República inicia contactos com dirigentes dos partidos políticos com vista à marcação da data das próximas eleições legislativas. ■ Comentando a decisão do Governo em organizar três «grupos de trabalho» para preparar a próxima campanha eleitoral da «AD», a SIP do PCP salienta que «o anúncio de tal procedimento vem confirmar as preocupações do PCP, no sentido de que a democraticidade das próximas eleições ficará gravemente comprometida, se estiver no poder um governo sem quaisquer escrúpulos».

8
Terça-feira

1979 — Terminam na Voz do Operário, em Lisboa, os trabalhos do Tribunal Cívico sobre a Reforma Agrária, com a condenação dos crimes do MAP contra a mais bela conquista da Revolução.

Prosseguem as audiências do Presidente da República a dirigentes partidários, com vista à marcação da data das próximas eleições legislativas; hoje o general Ramalho Eanes avistou-se com dirigentes do CDS, PCP, PS e PSD/PPD. ■ Reunido em plenário, o Conselho Nacional do Plano (CNP) critica severamente o Governo PPD/CDS e em particular o Ministério das Finanças e do Plano, pela sua incompetência, desrespeito pela legislação em vigor e desprezo pelas instituições democráticas, tendo reprovado o «Plano 80» apresentado pelo Governo. ■ Vinte e cinco dos 26 sindicatos da TAP (excepto pilotos) entregam ao Governo uma proposta alternativa às medidas que o Executivo pretende aplicar na empresa.

Açores: o sismo foi ontem?

Há seis meses a terra tremeu nos Açores. O sismo, porém, não conseguiu abalar a consciência dos senhores do Governo de Mota Amaral e do PPD. As promessas não têm faltado. Nem sequer faltam, pela televisão ou pelos vários órgãos de comunicação afectos ao poder nas ilhas, o anúncio de variadíssimas benesses. A crer nas palavras da direita, as casas voltam a estar de pé, os créditos são uma realidade, os subsídios esperam apenas que surjam os pedidos. Tudo vai bem? Fomos ver. E contamos o que vimos.

Desde a ilha de São Jorge, gravemente afectada pelo sismo, até à Terceira, onde várias freguesias foram atingidas, o panorama é a completa desolação. O abalo podia ter sido ontem e acreditava-se que podia ainda ouvir-se o ranger das rochas lá no fundo da terra. As casas que ruíram estão no chão — um amontoado de pedras que há meio ano foram revolvidas à procura de feridos, de mortos, de haveres.

Na freguesia do Topo, em São Jorge, as pedras rolaram e amontoaram-se nos caminhos, nas «canadas», como chamam às azinhas daquelas terras. Na tarde pavorosa do dia 1 de Janeiro, morreu gente.

— Ali naquele sítio era uma casa — diz-nos o nosso guia, um taxista que de boa vontade nos levou aos mais recuados cantos da ilha.

Olhámos e vimos um montão de pedra sob a qual ficaram soterradas duas pessoas. O nosso guia conta:

— Nesses dias ninguém aqui tinha onde abrigar-se. Foram para casas de família noutros pontos da ilha, outros ficaram em tendas. Depois vieram logo os especuladores. O gado que aqui ficou pelos montes, sem ninguém que o pudesse tratar, foi logo comprado. Uma vaca que valia quarenta contos chegava a ser vendida por dez, vinte contos. As pessoas, sem apoio nenhum, sujeitavam-se...

As pessoas sujeitavam-se. O obscurantismo, o caciquismo, a falta de esclarecimento e, no fim de contas, a falta de liberdades, cria o clima favorável à sujeição. O povo protesta. Mas não suficientemente alto, não suficientemente unido. O clero reacçãoário encarrega-se de dizer que «Deus quis castigar o povo açoriano». E então, a única forma de escapar à «ira de Deus» é tomar o avião para os Estados Unidos. A emigração engrossou. Os vistos pedidos,

congelados pela Embaixada, por obra e graça das diligências do Governo Regional ou pelo receio que os americanos terão de aumentar o próprio desemprego, são milhares.

À espera

Na ilha Terceira, mais tarde, visitámos um «bairro» de tendas, a «Carreirinha de S. Bento». Uma centena de tendas alinham-se há

Por Leandro Martins
nosso enviado especial

meses, na terra poeirenta. É ao fim da tarde, os homens não regressaram ainda do trabalho, as mulheres acartam água, as crianças brincam como podem, no pó. A primeira reacção das mulheres a quem nos dirigimos é de uma certa desconfiança. Seremos «homens do Governo», iremos dizer-lhes que têm de ir-se embora dali? Desfazemos o engano. E ficamos a saber que a maioria da população do bairro, em vez de desalojados, é composta por trabalhadores de S. Miguel, que para ali vieram trabalhar na «reconstrução». Antigos camponeses, que nunca tinham manobrado o martelo ou a colher de pedreiro, ganham agora cerca de mil escudos por dia. Um «mestre» ganha mais de 2 mil. A quem mais pagar.

O Governo Regional nada fez para disciplinar e organizar a reconstrução ou a mão-de-obra. Só quem tem dinheiro pode chegar aos materiais — o Governo «AD» aumentou, dias depois do sismo, o preço do cimento para mais 15 por cento, a contribuição «AD» para a resolução dos problemas...

Falámos depois com um casal. Desta vez acertámos, eram desalojados, vinham de Sta. Luzia,

com quatro crianças. Ao princípio, depois de lhes ter ruído a casa onde viviam, ficaram alojados numa tenda. Mas chovia e tinham duas das crianças doentes. Pediram então abrigo em casa de familiares. Mais tarde disseram-lhes que o Governo ia atribuir préfabricados, mas apenas aos que moravam nas tendas. Deslocaram-se de novo para o verdadeiro campo de concentração que é o bairro das tendas. E ali vivem, à espera.

— Não pensaram em reconstruir? — perguntámos.

— O dono do terreno não autoriza — respondeu-nos o homem, que trabalha hoje de pedreiro. — E comprar um terreno pequeno custa ali uns trezentos contos.

— E os subsídios?
— Diz que dão subsídios, mas paga-se juro, aí uns 7 ou 8 por cento, não se sabe ao certo. Há empréstimos, mas é para os que têm mais dinheiro. O preço do terreno subiu quase para o dobro. O que a gente queria era ir morar para um préfabricado, dizem que se paga a renda conforme o que se ganha... Mas também aquilo só dão a quem querem. E como a gente não tem um pedidinho...

— Mas já se foi informar?
— Já lá fui uma vez. Mas nem volto lá porque posso-lhes dizer uma coisa que eles não gostam de ouvir...

Sexta-feira Santa

Uma coisa que eles não gostam de ouvir. Mas, pelo que constatámos, os responsáveis do Governo nada ouvem. E nada



O Governo limita-se a apelar para a caridade

esclarecem. Nem a política de subsídios — com juros! —, nem os projectos que fazem, ou não fazem, para o futuro.

Fomos dali ao aldeamento do Bailão, onde os préfabricados se alinham, novos, brancos e desumanizados, espécie de contentores pousados em aramados de poeira. O individualismo próprio das zonas da pequena propriedade já deu ao aldeamento o toque de uma personalidade — cada «casa» tem à sua frente, perfeitamente definido pelos proprietários, um «quintalinho», um curto rectângulo onde nada se planta, onde, quando muito, se guarda a motorizada ou se estende roupa.

Visitámos o camarada Jacinto que víramos, na véspera, na Conferência Regional do Partido. O interior da «casa» está arranjado com as mobílias que salvou da casa onde viveu e que ruíu.

— Deram-me a chave deste préfabricado às 3 da tarde de sexta-feira santa, quando eu já não pensava que mau atribuísssem.

O casal paga dez por cento do rendimento familiar e o contrato é de apenas 6 meses, o que permite aumentar as rendas em cada meio ano, conforme nos esclareceu. Disse-nos ainda que, ao que consta, o bairro tem uma existência prevista de dois anos. Entretanto, uma centena de módulos, a 800 contos cada (!), albergam cerca de 400 pessoas. Até quando? E a reconstrução?

— A mão-de-obra está muito cara — esclarece o camarada Jacinto. — Só quem tem muito dinheiro é que pode reconstruir. Há especulação de terrenos. E há muitas casas fechadas e boas, sem ninguém dentro. Conheço casos de gente que vive aos vinte numa casa, mesmo ao lado de outra vazia. Há muitos casos de várias famílias a viverem amontoadas numa só casa, a 6 ou 7 por quarto, sem direito de cozinhar.

O que nos diz o camarada constatam-lo nos jornais, onde abundam os anúncios — casa para vender; pede-se, por exemplo, 6 mil contos por uma casa que, antes do sismo, estava a 1000 ou a 2000 contos.

O Governo limita-se a apelar para a caridade — continua o camarada. — A secretária regional vem para a rádio pedir que se arranje alojamento para um velhinho. Mas nem sequer faz o recenseamento das casas devolutas e em boas condições.

Uma proposta da APU na Assembleia Municipal, que foi aprovada por unanimidade, estabeleceu que a Câmara passasse a controlar a venda dos terrenos e passasse a expropriá-los, vendendo-os depois. Mas as medidas concretas não apareceram. Ainda só existem projectos.

O cimento das casas
e o cimento da unidade

Estivemos ainda no Pesqueiro, São Bartolomeu, e nas Doze Ribeiras, a freguesia mais atingida, onde só a escola, a Junta e mais outro edifício escaparam à ruína. Aqui como em outros locais, era perfeitamente visível que qualquer casa de cimento, sem grandes cuidados anti-sísmicos na sua construção, teria aguentado o abalo. Mas a esmagadora



E a reconstrução?

maioria das casas das ilhas, construídas de pedra solta, amontoadas e coberta depois com terra amassada, não resistiu. Nem resistirão as que, laboriosamente, queiram fazer erguer.

Longas ruas mostram as casas devastadas, a pedra solta revelando o interior das paredes derrubadas. Crianças brincam por vezes nos destroços. As raras pessoas que encontramos não falam de esperança. Ao contrário, falam de resignação. De falta de esclarecimento. De vontade de partir.

Nem todos, porém. Manuel Lima Costa, por exemplo, que é pedreiro e fez parte da lista da APU para a Assembleia Municipal, mostra vontade de continuar, de esforçar-se. A casa abateu, a padaria onde trabalha e faz o pão caseiro não oferece condições de segurança. Quer reconstruir.

Obteve primeiro um empréstimo de 240 contos, com juro de 3 por cento. Mas não chegou. Tem de pagar em três anos. Novo empréstimo, de 370 contos, a pagar em 30 anos, concedem-lho com 7 por cento de juro. É incomportável. Não sabe como há-de reconstruir a padaria. Os 240 contos para a sua casa foram logo consumidos em mão-de-obra, pagos a mil escudos por dia. E era ele quem oferecia. Os trabalhadores da construção civil, muito solicitados, vão uns dias aqui, outros ali, levantam uma parede, colocam uma janelaria, arranjam um sobrado. Vão onde pagam mais. E é assim que vimos, em todas as voltas que demos pelas ilhas, afim de dúzia de casas a construir-se. Com cimento. Para ricos...

Nas Doze Ribeiras vimos militares que acartavam pedra, em camionetas do Exército. Ficámos a saber que é o Governo Regional quem lhes paga. Não é serviço gratuito...

Que é feito então da solidariedade que nos contam, dos primeiros dias. Do momento dramático em que todos se ajudavam? Dos exemplos em que os comunistas, sobretudo os jovens, lado a lado com outros populares, corriam a dar o auxílio necessário?

Por uma autonomia regional dos Açores e da Madeira ao serviço do povo

1. O 25 DE ABRIL permitiu o início de uma nova vida para Portugal. Com derrubamento do fascismo abriam-se as perspectivas para a criação da democracia portuguesa, para a derrota dos monopolistas e latifundiários, para que Portugal deixasse de ser tanto um país colonizador como um país dependente do imperialismo. Criaram-se ainda as condições indispensáveis para a resolução dos graves problemas das camadas mais desfavorecidas das populações e das regiões mais atrasadas do território nacional.

2. O PROCESSO democrático português foi combatido, desde 25 de Abril, pelas forças reacçãoárias. No desenvolvimento da acção destas forças tem desempenhado um papel particular a grave situação antidemocrática nas Regiões dos Açores e Madeira e as provocações terroristas e separatistas, intimamente ligadas ao imperialismo que aí têm tido lugar.

Nestas Regiões, os seus senhores de antes do 25 de Abril conseguiram manter o domínio do caciquismo e do obscurantismo e apoderar-se das Assembleias e dos Governos Regionais para conservar os seus privilégios de classe e impedir a conquista dos direitos mais elementares pelas populações açorianas e madeirenses. A Autonomia Regional alcançada com a Revolução de Abril foi subvertida e utilizada contra a unidade da Pátria e contra as populações insulares, por aqueles que durante o fascismo nunca se manifestaram contra a centralização ditatorial do poder que então se verificou, nem contra o tratamento discriminatório de que eram alvo as populações dos Açores e da Madeira.

3. APESAR da situação antidemocrática, o 25 de Abril vem abrindo caminho nas Regiões Autônomas. Isso deve-se à luta e à resistência dos trabalhadores nas empresas e através das suas estruturas sindicais, à luta dos pequenos e médios agricultores pelas suas aspirações mais sentidas, ao trabalho nas autarquias dos eleitos APU e de outros democratas pela concretização dos anseios das populações, à movimentação dos intelectuais e camadas médias, ao trabalho e à luta persistente das organizações regionais do PCP, à actividade dos democratas em geral que se unem cada vez mais na defesa dos valores conquistados pelo Portugal de Abril.

Apesar de todas as dificuldades que subsistem nestas Regiões, a democracia vai conquistando novas posições e as massas exploradas e oprimidas vão ganhando experiência, tomam consciência da sua força, vão-se unindo e organizando e acabarão por vencer a reacção e os seus senhores.

4. CONTINUANDO a exigir o estabelecimento da legalidade democrática nas Regiões Autônomas, o combate firme às actividades reacçãoárias e separatistas, um severo castigo das provocações contra a unidade e a integridade nacionais, a garantia do respeito e aplicação da Constituição e das leis gerais da República, o Partido Comunista Português reafirma que a Autonomia político-administrativa das Regiões dos Açores e da Madeira constitui importante característica do Estado democrático português, que é necessário defender e aprofundar na base dos seguintes princípios:

A Autonomia política-administrativa das Regiões dos Açores e da Madeira é uma realização da Revolução de Abril e constitui um traço marcante da actual organização do Estado Português. Ela deve tomar-se um importante contributo para o desenvolvimento das regiões, a unidade

do território nacional e o estreitamento dos laços de solidariedade entre todos os portugueses.

II

A Autonomia Regional, fundamentada objectivamente na geografia e na história e consignada na Constituição da República, corresponde às profundas aspirações das populações destas Regiões, expressas na sua luta contra a centralização reacçãoária do poder, de cuja expressão mais nefasta foi responsável o regime fascista derrubado em 25 de Abril de 74.

III

A Autonomia Regional deverá ser um instrumento fundamental para o desenvolvimento da prática democrática na vida das populações dos Açores e da Madeira e visa o desenvolvimento económico, social e cultural a que os portugueses das regiões insulares aspiram no quadro da realização dos anseios, interesses e direitos do povo português em geral.

IV

A Autonomia Regional tem como objectivo, deste modo, uma administração ao serviço das populações insulares para a melhoria do nível de vida dos trabalhadores e das classes e camadas médias, para a realização duma política cultural que acabe com o analfabetismo, promova a formação e a valorização profissional, defesa e desenvolva os valores culturais regionais.

V

A Autonomia Regional pressupõe, portanto, a defesa e o respeito pelo regime democrático, o combate ao separatismo e às actividades e organizações terroristas e fascistas, a garantia do exercício das liberdades e direitos de todos os cidadãos, o desenvolvimento nos Açores e na Madeira dos princípios fundamentais da Democracia Portuguesa.

VI

A Autonomia Regional visa a participação mais directa dos cidadãos no exercício democrático do poder. Opõe-se, assim, a uma abusiva centralização de poderes nos Governos Regionais. Deve harmonizar-se com o Poder Local que concretize a descentralização administrativa e a autonomia financeira dos municípios em conformidade com a Constituição e com as leis da República.

VII

A Autonomia Regional é, nos termos constitucionais, um meio para aprofundar a unidade nacional e preservar a integridade territorial pelo que a Regiões dos Açores e da Madeira não podem ser utilizadas para a organização de operações subversivas contra o Estado democrático português nem para acções agressivas contra outros povos.

VIII

A Autonomia Regional foi instituída para reforçar os laços de solidariedade entre todos os portugueses, deverá conduzir a um desenvolvimento regional (económico, social e cultural) em função do desenvolvimento geral do país, deverá tomar-se um contributo para vencer as profundas desigualdades entre as diversas Regiões do território nacional, entre as ilhas e os Concelhos dos Açores e da Madeira, de modo a atenuar progressivamente os desequilíbrios existentes.

IX

A Autonomia Regional consubstancia a descentralização político-administrativa do poder da República nas Assembleias e Governos Regionais cuja autoridade é reconhecida e que assenta na definição, por lei especial da Assembleia da República, de um estatuto próprio que concretize a amplitude e os limites em que é exercida a Autonomia nos termos da Constituição da República.

X

A Autonomia Regional deve consagrar a descentralização administrativa e a correspondente autonomia financeira, concretizando de acordo com a Constituição, as transferências para as Regiões dos serviços periféricos da administração pública com excepção dos que estão ligados à defesa nacional, à política externa, à defesa da ordem pública e ao controlo da legalidade.

XI

A Autonomia Regional só se realizará ampla e plenamente com a prática e cumprimento dos princípios consignados na Constituição que obrigam à libertação do povo de cada uma das Regiões do poder das forças reacçãoárias e fascistas e da exploração desenfreada levada a cabo pelas classes dominantes nos arquipélagos. A Autonomia político-administrativa das Regiões portuguesas dos Açores e da Madeira, tal como é definido pela Constituição, só é possível com um poder regional democrático.

XII

Ao povo português no seu conjunto continental e insular interessa salvaguardar e consolidar o Estado democrático — constitucional, defendendo as grandes conquistas da Revolução, entre as quais se conta a Autonomia político-administrativa das Regiões insulares, como garantias do progresso económico e social de todo o País, das suas populações e classes laboriosas, da integridade territorial e da unidade e independência do Estado português.

5. O PARTIDO Comunista Português pronuncia-se assim pelo exercício e plena concretização da Autonomia Regional. Confiante no Povo e na Revolução de Abril, o PCP bate-se e bater-se-á pela instituição de uma ampla Autonomia político-administrativa para as Regiões Autônomas que assegure a democracia e o progresso económico, social e cultural às populações dos Açores e da Madeira.

Os planos e actividades antinacionais da reacção nas Regiões Autônomas acabaram por ser derrotados. O regime democrático consagrado na Constituição da República acabará por vigorar em todo o território nacional. A autonomia das Regiões Insulares realizar-se-á ao serviço das populações. As conquistas da Revolução de Abril acabaram por se impor nos Açores e na Madeira.

Avante por uma Autonomia Regional ao serviço das populações dos Açores e da Madeira!

Avante com Portugal de Abril!

Junho de 1980

O Comité Central
do Partido Comunista Português

Festa do «Avante!» • Alto da Ajuda • 11, 12 e 13 de Julho

Distrito de Setúbal

As autarquias, o artesanato, os petiscos

No Pavilhão político-cultural da DORS estarão patentes exposições que reflectem a realidade de um distrito APU, em que 13 Câmaras têm a presidência APU e em que 50 das 54 freguesias são também APU.

A vida das autarquias, a importância da indústria naval, as realizações da Reforma Agrária e os ataques que esta conquista de Abril tem

sofrido, a vida do Partido, as actividades económicas, o movimento popular de massas, a vida sindical, são aspectos que merecem destaque especial num pavilhão.

A venda de artesanato característico dos vários pontos do distrito de Setúbal pode encontrar-se em dois pavilhões onde estão representados os 13

concelhos. Engloba produtos do Baixo Alentejo, das zonas piscatórias de Sines, Setúbal e Sesimbra e dos restantes concelhos do Norte do distrito.

Também nos bares não vão faltar os pratos e petiscos de um distrito tão rico na variedade que oferece. Alcácer do Sal com as suas pinhoadas, a sopa de feijão com hortaliça, pataniscas de bacalhau e frango no churrasco.

Sesimbra e Alcochete, que este ano vão juntos para a Festa, brindam-nos com a sardinhada, os cremes de mariscos e a feijoada. O Montijo, com os seus torresmos, chouriços, iscas e também a feijoada. Sines e Santiago vão também juntos à Festa. E fornecem as caldeiradas e um rico prato de cabrito. Setúbal não poderia deixar de apresentar as suas

caldeiradas, os chocos com tinta e as sardinhas. Quanto à carne optaram pelo porco e pela dobrada.

Claro que tudo isto poderá ser regado com o vinho da região. Palmela, além de alguns petiscos, vai ocupar-se especialmente das vendas de vinhos — o branco, o tinto e o «rosé» da sua região e também o famoso moscatel.

O Porto em força



O crescimento do Partido, o alargamento da sua influência nomeadamente no plano eleitoral, o desenvolvimento do movimento operário e popular, a crescente intervenção popular na vida social, económica, política e cultural, são os temas centrais da grande exposição documental e do diaporama que a Direcção da Organização Regional do Porto vai apresentar na Festa do «Avante!».

Paralelamente, da região do Porto virão também os mais diversos e característicos produtos do trabalho e da cultura popular. Os visitantes da Festa terão nos stands de vendas da DORP uma variedade tão grande de produtos regionais (das mantas de Vila do Conde às camisolas da Póvoa, dos bordados aos brinquedos) que a dificuldade vai ser a escolha...

No que toca a especialidades gastronómicas podem todos ficar descansados. Um grande restaurante e diversos bares trarão à Festa o bom vinho verde ou o maduro (há para todos os gostos), as tripas à moda do Porto e muitos e variados petiscos.

Distrito de Leiria

Todos os concelhos estarão representados

Todos os concelhos do distrito de Leiria vão estar este ano representados na Festa do «Avante!». Com stands próprios de venda dos seus produtos, e dos objectos feitos por militantes e simpatizantes do Partido. A cerâmica, o vidro, os vinhos, os doces desta região, objectos utilitários ou artísticos, tudo isto os visitantes da Festa encontrarão à venda nos nove stands implantados na zona da DORLEI.

Igualmente a cozinha regional estará presente, no Bar, que funcionará à base da carne de porco oferecida por militantes e amigos, e no Restaurante Central, que servirá nos 3 dias 8000 chispalhadas à moda de Leiria e sopa de legumes das regiões da Nazaré e Peniche. Duzentos

e vinte e cinco camaradas assegurarão em cada dia de Festa o funcionamento do Bar e do Restaurante.

As ofertas recolhidas em todos os 16 concelhos do distrito estarão na Quermesse onde quem comprar rufas se pode habilitar a 1 das 5000 prendas. É uma Quermesse riquíssima, onde ao lado do vidro se encontra a cerâmica e milhentos outros objectos.

Na exposição Política estará presente a realidade económica, política, social, cultural e desportiva do distrito de Leiria. Também o trabalho do Partido em vários níveis: organização, esclarecimento e agitação, em defesa dos interesses das populações locais, na Assembleia da República, etc. As actividades das forças

reaccionárias estarão aí postas a nu, assim como a determinação do Povo do distrito em defender as conquistas de Abril.

Na Festa do «Avante!» estará ainda representada a Arte da região, através de peças de cerâmica, rendas, arqueologia, teatro infantil.

A Festa do «Avante!» no distrito de Leiria, foi divulgada e preparada em porta-a-portas feitos em muitas vilas e bairros, em reuniões e plenários de militantes, em abordagens directas.

É uma tradição cada vez mais enraizada, bem expressa na participação cada vez maior na vinda à Festa de gente do Norte a Sul do distrito. É bem a imagem da implantação cada vez mais ampla do nosso Partido na região.

Distrito de Santarém

A vida, o trabalho, a luta e o divertimento

Dar a conhecer aspectos da vida, trabalho, luta do povo do Ribatejo é a actividade desempenhada pelo nosso Partido é um dos principais objectivos da Direcção da Organização Regional de Santarém (DORSA) do PCP na Festa do «Avante!».

Para tal, os camaradas trazem uma exposição que aborda questões relacionadas com a Reforma Agrária e a vida dos camponeses no Ribatejo; a actividade das Autarquias Locais; as lutas de massas; as eleições na região e o sentido do voto do eleitorado; aspectos

da poluição dos rios Alviela e Almonda, que tanto afectam a população; e ainda as inúmeras actividades desenvolvidas pelas organizações locais do Partido.

Para além desta exposição de carácter político, os camaradas da DORSA prometem um pavilhão em que vão estar em actividade torneiros de madeira de Pernes e um oleiro de Santarém, além dos pavilhões para venda de artesanato e outros produtos típicos, desde os pinhões do Couço às

mantas de Minde, passando pelos vinhos do Cartaxo e as famosas tijeladas de Abrantes.

O Bar regional, garantem-nos, vai "ser uma tentação", com petiscos e pratos regionais de fazer crescer água na boca, bem regados com os bons vinhos do Ribatejo.

A DORSA estará também presente no Mercado da Reforma Agrária — onde este ano não haverá melão — para onde trará batatas, mel, vinhos e aguardentes, sem esquecer a fruta da época.

Os atletas do Ribatejo, por seu lado, participarão na parte desportiva da Festa, prometendo entre outras coisas uma demonstração do chinquillo da região de Santarém, na Cidade do Desporto.

Durante os três dias funcionará ainda uma enorme Quermesse.

Mas na Organização Regional de Santarém — como de resto em todo o País — há muito tempo já que começou a Festa, com a participação para pôr de pé a própria Festa. Assim, para além da

participação regular nas jornadas de trabalho ao fim-semana no Alto da Ajuda, os camaradas da DORSA desenvolvem intensa actividade na angariação de fundos e produtos para o Bar e Quermesse, venda de EPs e, entre outras coisas, a organização de transportes para a Festa (estão já garantidas cerca de 100 excursões!!!).

Até amanhã muita coisa haverá ainda a fazer, mas a DORSA garante, desde já, uma boa participação na nossa Festa!

3.º Sorteio da EP

Duas viagens

à URSS

para o 1.º prémio

Como habitualmente, o 3.º e último sorteio da EP realiza-se no terceiro dia da Festa, ou seja no próximo domingo, dia 13.

Quanto aos prémios, nem vale a pena dizer que são aliciantes. Basta ler a lista que se segue:

- 1.º, viagem à URSS para 2 pessoas;
- 2.º, frigorífico 180 litros;
- 3.º, televisor branco e preto;
- 4.º, fogão 2 bicos com forno;
- 5.º, grelhador de frangos;
- 6.º, saco de dormir;
- 7.º, saco de dormir;
- 8.º, grelhador eléctrico;

- 9.º, panela de pressão;
- 10.º, fiambreira;
- 11.º a 15.º, livros CDL no valor de 1 000\$00;
- 16.º a 20.º, livros CDL no valor de 500\$00;
- 20.º a 25.º, assinatura da revista «Vida Soviética» 120\$00



Tudo sobre a Festa

Estar em todo o lado e ver tudo de fio a pavio vai ser impraticável. Mas escolher o que mais nos agrada, isso já é possível. Para o conseguir, só há uma hipótese: ler o Programa da Festa.

No Programa, em formato de revista, encontrará:

- 1 Horários de todas as actuações nos palcos centrais e regionais
- 2 Como ir à Festa
- 3 Planta a cores de toda a Festa
- 4 Horários dos colóquios, filmes e outras actividades culturais
- 5 Horário das actividades desportivas
- 6 O que as Organizações vão trazer à Festa — Etc., etc.

64 páginas
Preço: 25\$00



À VENDA NA FEIRA DO LIVRO E DO DISCO

A luta
Heróica
dos Povos
contra
a Opressão e o Fascismo

edições
Avante!
Distribuição CDL



OS ARTISTAS DA F



Dois encenadores da RDA e actores portugueses: um trabalho conjunto sobre cenas de «A Mãe» de Brecht

Dois destacados encenadores da República Democrática Alemã, especialistas na obra de um dos mais importantes homens de teatro do nosso século — Bertolt Brecht — deslocaram-se a Portugal no âmbito da Festa do «Avante!» e preparam um espectáculo com actores do Grupo de Campolide, baseado em cenas e canções da conhecida peça de Brecht «A Mãe», que se destina a ser apresentada no Auditório A do Pavilhão Central na noite do próximo sábado.

A deslocação ao nosso país de Peter Kleinert e Peter Schrot, encenadores do «Palastheater», de Berlim, integra-se numa tradição que remonta já à primeira Festa do «Avante!»: a da vinda de destacados vultos da vida artística e cultural da República Democrática Alemã, tendo este ano o sector do teatro sido o beneficiado.

A presença entre nós destes dois especialistas do teatro brechtiano e o espectáculo que preparam para a Festa com actores do Grupo de Campolide é, em primeiro lugar, uma demonstração da relevância cultural que a Festa do «Avante!» assume, não só pela importância de primeira grandeza de que o sistema teatral brechtiano (as suas concepções teóricas, as suas peças e os seus espectáculos) goza no panorama do teatro moderno como também pelo facto de ser a RDA um dos países em que a actividade teatral conhece maior desenvolvimento.

A isto acresce o facto da deslocação ao nosso país destes dois encenadores da RDA possibilitar a um conjunto de actores portugueses um excelente momento de intercâmbio com um teatro altamente representativo, tanto mais que o Grupo de Campolide

— que este ano comemora dez anos de actividade — desenvolve uma prática teatral que se inspira nas concepções de Bertolt Brecht.

O que vai ser o espectáculo

O espectáculo tem estado a ser preparado no Teatro da Academia Almadense (sede do Grupo de Campolide que, aliás, vai brevemente transformar-se em Centro Dramático de Almada — Companhia Profissional, aprofundando assim ainda mais o seu processo de radicação naquela importante zona operária da margem sul) e quando for apresentado ao público terá completado um total de 11 ensaios em apenas 5 dias — o que dá bem a ideia do intenso trabalho que tem sido desenvolvido pelos encenadores alemães e pelos actores portugueses que com eles colaboram. Serão representadas três conhecidas cenas de «A Mãe», peça que Bertolt Brecht adaptou da obra homónima do célebre escritor soviético Maxim Gorki, traduzida para português pelo dramaturgo Virgílio Martinho: a cena do 1.º de Maio, a cena em que Pelagia Wlassova (a «Mãe») aprende a ler e a cena final, acompanhadas de quatro das canções originais compostas por Hanns Eisler, íntimo colaborador de Brecht.

Canto e Castro, António Assunção, Carlos Santos, Teresa Gafela, Ema Paul, Mora Ramos, Alfredo Sobreira, Carlos Alberto Machado, Luísa Ortigoso e o músico Carlos Calazans são os membros do Grupo de Campolide que participam no espectáculo.



Adriano Correia de Oliveira
Alfredo Vieira de Sousa
Ary dos Santos
Banda do Barreiro
Banda de Grândola
Banda da Incrível Almadense
Bartolomeu Dutra (Açores)
Denko Dixieland Band (Hungria)
Bombos de Lavacolhos
Brigada Povo Unido
Brigada Vitor Jara
Carlos Alberto Moniz
Carlos Cunha (Porto)

Carlos do Carmo
Carlos Mendes
Carlos Paredes
Carlos Paulo
Charanga de Sacavém
Chico Buarque (Brasil)
5-U-4 (Cuba)

Companhia de Circo Soviético (URSS)

Conjunto Clave
Conjunto Eléctrico
Conjunto Serra
Conjunto Vale Paraíso
Coral Alentejano da Amadora
Coro do Ateneu de Coimbra
Dixieland All Stars Berlin (RDA)

Dora Leal
Duo Despertar
Edu Lobo (Brasil)

Erzgebings Ensemble (RDA)
Fado de Abril
Fantoques

Fausto
Fernando Alvim
Fernando Farinha
Fernando Tordo
Francisco Ceia

Galés (Setúbal)
Grupo de Arte Popular
do Centro Cultural de Almada
Grupo de Cantares Regionais de Portel
Grupo Cénico A Força do Povo (Bruxelas)
Grupo Cénico da Rebelva
Grupo Cénico do TUL

Grupo Merengue (R. P. Angola)

A cultura musical de um país que se libertou do colonialismo e que constrói o futuro, vai estar pela primeira vez presente na Festa do «Avante!». Da República Popular de Angola desloca-se à nossa Festa o Grupo Merengue, considerado um dos melhores daquele país.

Utilizando secções de sopro e de ritmo que conferem à música que produz características inconfundíveis, o Grupo Merengue opera uma original fusão dos sons tradicionais da África negra com os ritmos característicos da cultura musical dos negros norte-americanos, nomeadamente o «rhythm'n'blues».

A presença deste grupo musical da República Popular de Angola na Festa do «Avante!» é, a vários títulos, altamente significativa: em primeiro lugar, como demonstração do esforço cultural que o povo angolano realiza no sentido da preservação de um rico património artístico e cultural, que o colonialismo tentou destruir e adulterar; depois, pelo enriquecimento que, com a sua presença, vai trazer ao programa de espectáculos da nossa Festa; finalmente, mas não menos importante, porque a sua deslocação ao nosso País ocorre num momento em que o povo angolano enfrenta a agressão dos racistas da África do Sul e a sua presença entre nós será uma oportunidade excelente de manifestarmos, também neste campo, a nossa total solidariedade para com a RPA e o seu heróico povo. Povo que ao fazer da expressão musical uma forma privilegiada de comunicação, o faz no sentido de enriquecer o seu bem-estar espiritual.

5-U-4 (Cuba)

O grupo 5-U-4 é um dos mais conhecidos agrupamentos musicais da República Socialista de Cuba e um dos representantes do vasto movimento da canção cubana de intervenção. Uma das suas composições, dedicada ao XX.º aniversário da Revolução Cubana, transformou-se como que no símbolo musical da comemoração desse importante acontecimento que, há 21 anos, transformou Cuba na Ilha da Liberdade.

A produção musical do grupo 5-U-4 reflecte aliás perfeitamente o empenhamento dos seus membros em acompanhar, como artistas, as transformações que o povo cubano realiza.

O nome do grupo ilustra, o pequeno mas significativo episódio, um dos grandes obstáculos que Cuba Socialista teve que vencer: quando o grupo se constituiu, num dos elementos da aparelhagem sonora que utilizava faltou uma peça fundamental, cuja referência era... «5-U-4». O povo cubano atravessava momentos difíceis, com o bloqueio que lhe foi imposto pelo imperialismo e, nas grandes como nas pequenas coisas, teve que suportar duros sacrifícios. O grupo recém-constituído também não escapava à regra. Regra que, porém, aos poucos e poucos, foi sendo furada, pela resistência do povo cubano e pela força da solidariedade internacional, sobretudo dos países socialistas. E, finalmente, a tão desejada peça apareceu, e o grupo não hesitou em utilizar a referência da peça como nome de baptismo. É este grupo, com esta história simbólica, que representa, na nossa Festa, a música de Cuba Socialista.

FESTA DO «AVANTE!»

o Grupo da UDR
o Grupo da Caranga (Caldas da Rainha)
o Grupo do Coral de Aldeia Nova de São Bento
o Grupo do Coral de Alfândega
o Grupo do Coral de Almodôvar
o Grupo do Coral do Alvito
o Grupo do Coral da Amadora
o Grupo do Coral dos Amigos do Barreiro
o Grupo do Coral de Carnaxide
o Grupo do Coral de Ervidel
o Grupo do Coral das Minas de São Domingos
o Grupo do Coral de Odemira
o Grupo do Coral Os Ceifeiros de Cuba
o Grupo do Coral Sobral da Adição
o Grupo do Coral de Tires
o Grupo do Coral Trabalhadores de Alcáçovas
o Grupo do Coral Vale de Figueira
o Grupo GETA
o Grupo I's
o Grupo dos Pauliteiros de Ossela
o Grupo Objectivo (Porto)
o Grupo Resistência (Beja)
o Grupo Resistência (Porto)
o Grupo Seixal-Abril
o Grupo de Teatro de Campolide
o Grupo de Teatro do Orfeão de Leiria
o Grupo 3 de Março
o Helena Isabel
o Apoloni
o Joaquim Pessoa
o Jorge Lomba
o Jorge Matias
o Tomada (Tomar)
o José Afonso
o José Barata Moura
o José Jorge Letria
o José Manuel Osório
o José Viana
o Larissa Kandalowa (URSS)
o Luís Cília
o Luís Filipe Garcês (Bruxelas)
o Luísa Basto
o Manuel Alberto Valente
o Manuel Branco
o Manuel Freire

Maria do Amparo
Maria Dulce
Maria Farantouri (Grécia)
Merengue (Angola)
Metropolitan Jazz Praha (Checoslováquia)
MPB 4 (Brasil)
Natércia de Aguiar
Nuno Gomes dos Santos
Pantufa e Pantufinha (palhaços)
Paulo Carvalho
Pedro Osório
Praça Pública
Quinteto Rainha
Rancho dos Avieiros (Vila Franca de Xira)
Rancho Folclórico Cantarinhas de Nisa (Alentejo)
Rancho Folclórico do Carregado
Rancho Folclórico de Dona Maria (Sintra)
Rancho Folclórico de Ervideira (Ponte de Sor)
Rancho Folclórico dos Fazendeiros de Montemor
Rancho Folclórico de Galveias
Rancho Folclórico de Reguengos do Fetal (Leiria)
Rancho Folclórico de Tavira
Rancho Folclórico da UCP
Unidade Trabalhadores (Campo Maior)
Rancho Infantil de Dona Maria
Rancho Infantil de Matarraque (Lisboa)
Rancho Pastoras da Serra (Beira Interior)
Rancho de Santo André (Beira Litoral)
Rancho Típico Infantil dos Foros de Salvaterra
Rancho de Vale do Brejo
Roxigénio
Royal Rag (Polónia)
Rui Pedro
Ruy Guerra (Brasil)
Serginho
Sérgio Godinho
Simone (Brasil)
Soledad Bravo (Venezuela)
Teatro do Grupo de Intervenção Cultural
Ti Armindo (Beira Litoral)
Tocadoras de Adufe (Beira Interior)
Tom Paxton (EUA)
Trovante
Tuba Canora
Tuna de Folhadela (Trás-os-Montes)



Maria Farantouri



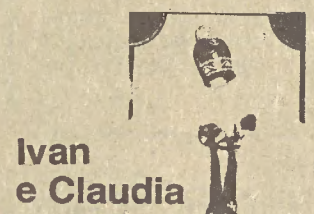
Chico Buarque



Royal Rag



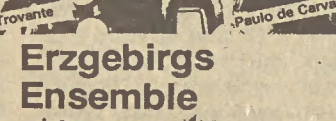
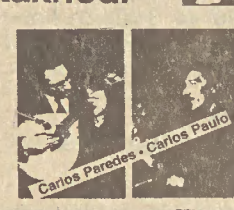
MPB4



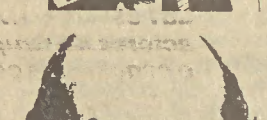
Ivan e Claudia



Metropolitan Jazz Band Praha

Ludmila Krikheli
Vazil Kaknodi

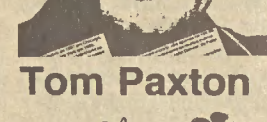
Erzgebirgs Ensemble



Tom Paxton



Ruy Guerra



Dixieland All Stars Berlin



Edu Lobo



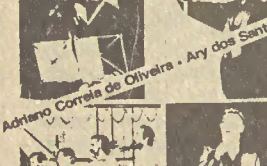
Benko Dixieland Band



Soledad Bravo



Larissa Kandalova

Vladimir Savelher
Alexander e Galina

Festa do «Avante!» • Alto da Ajuda • 11, 12 e 13 de Julho

A participação internacional

O programa desportivo da Festa do «Avante!» será enriquecido uma vez mais com a presença de delegações de países socialistas. A saber: **URSS** (ginástica desportiva, rítmica e acrobática), **RDA** (Ginástica desportiva, masculina e feminina), **Bulgária** (luta e ginástica rítmica) e **Polónia** (halterofilia).

De salientar ainda a participação de dois grandes mestres de Xadrez: um da **URSS** e outro da **Hungria**.

A semelhança do que aconteceu o ano passado com a halterofilia, o programa desportivo da nossa Festa inclui desta vez uma novidade que, estamos certos, mobilizará o interesse de muitos visitantes: a presença da luta, com atletas da craveira, neste caso búlgaros. Trata-se de uma modalidade com excelentes tradições no panorama desportivo nacional, como se poderá comprovar através da participação na Festa de alguns dos melhores lutadores do nosso país.



Realizou-se no passado domingo, conforme anunciámos, o Grande Prémio «Avante!»-1980, em ciclismo, prova para seniores B organizado pela DORL do PCP e integrada na promoção e divulgação da Festa do nosso jornal. A iniciativa foi um êxito, a exigir continuidade, tendo juntado muita gente ao longo do percurso. Nas fotos: a chegada do pelotão, os três primeiros classificados e a equipa vencedora



Calendário dos jogos de futebol

Compreensíveis dificuldades na deslocação de algumas equipas a Lisboa, motivaram a introdução de alterações ao calendário dos jogos da fase final do Torneio de Futebol de Salão da Festa do «Avante!». O calendário definitivo será o seguinte:

Sexta-feira
23 h. - 1.º jogo - Alentejo-Santarém

Sábado
10 h. - 2.º jogo - Minho-Setúbal
11 h. - 3.º jogo - Beira Litoral-Lisboa
12 h. - 4.º jogo - Leiria-Porto
13 h. - 5.º jogo - Beira Interior-Emigração
20 h. - 6.º jogo - Algarve-Vencedor do 1.º jogo
21 h. - 7.º jogo - Vencedor do 2.º jogo-Vencedor do 3.º jogo

22 h. - 8.º jogo - Vencedor do 4.º jogo-Vencedor do 5.º jogo
Domingo
11 h. - 9.º jogo - Vencedor do 6.º jogo-Vencedor do 7.º jogo
12 h. - 10.º jogo - Vencedor do 8.º jogo - Repescado dos 6.º, 7.º e 8.º jogos
18 h. - Final - Vencedor do 9.º jogo - vencedor do 10.º jogo

Colóquio sobre desporto

No Auditório situado na Cidade do Desporto, vão realizar-se durante os três dias da Festa diversos colóquios e debates, com a participação de camaradas e amigos, incluindo alguns dos mais conceituados técnicos portugueses. O programa é o seguinte:
Sexta-feira - À 21 e 30: «Desporto nos países

socialistas», com José Curado, Jorge Adelino e Vasconcelos Raposo.

Sábado - Às 16 e 30: «Desporto e Autarquias», com Melo de Carvalho, Celorico Moreira, José Jorge (Alcochete) e Virgílio (Sines). Às 21 e 30: «Os Jogos Tradicionais», com Noronha Feio.
Domingo - Às 11:

«Desporto nas Escolas», com Carlos Gonçalves, Tanagra, João Coutinho, António Vilela, Hélder Matos e Rogério Mota. Às 16 e 30: «Desporto, Alta Competição e Jogos Olímpicos», com Jorge Araújo e Celorico Moreira. Às 21 e 30: «O Desporto na actividade parlamentar do PCP», com Jorge Lemos e Matos Gago.

Programa dos jogos de chinquilho e malha

Os Jogos Tradicionais voltam à Festa. E desta vez com um programa mais intenso e variado, a demonstrar o êxito das iniciativas anteriores.

Assim, no sábado a partir das 10 horas haverá provas de chinquilho - malha pequena - entre 13 equipas da zona da Amadora. Das 11 às 13 e das 15 às 17 será a vez da malha de Santarém. Entretanto, com início às 15 horas estarão em jogo representações da Marinha Grande, Pombal, Ovar e S. João da Madeira (malha). No domingo, último dia da

Festa, a partir das 10 horas, o chinquilho-malha grande mobilizará uma equipa do Montijo, outra de Setúbal, duas de Sesimbra, outras duas do Barreiro, quatro de Almada, duas de Cascais, uma em representação dos concelhos do Norte do distrito de Lisboa e outra da área da capital.

À mesma hora inicia-se a prova de chinquilho-malha pequena com oito equipas da Moita (a disputar em dois campos). A final ocorrerá às 15 e 30.

Ao fim da tarde teremos a final do chinquilho-malha pequena (Amadora-Moita).

Cidade do Livro e do Disco: Uma Festa na Grande Festa!

Uma festa na grande cidade da Festa ou, dito com outras palavras, mais de 300 mil livros, discos e pequenos objectos de recordações numa área total de dois mil metros quadrados - tal é a realidade, na edição deste ano da Festa do «Avante!», da Cidade do Livro e do Disco.

A realização desta festa na Grande Festa vai já constituindo, para além de uma tradição que se avoluma de ano para ano, um marco obrigatório no calendário das novas iniciativas editoriais, livrarias e discográficas. Este ano, tal aspecto fica bem evidenciado no lançamento de várias novidades literárias e discográficas que aparecerão na Cidade entre os 5 mil títulos de livros e mil títulos de discos.

Vitor Branco, Luís Matos e Joaquim Correia, da CDL, revelaram-nos vários aspectos que revelam bem o interesse que, no âmbito do turbilhão de interesses variados que suscita a Festa do «Avante!», a Cidade do Livro e do Disco irá certamente despertar a partir de amanhã e durante três dias.

Nos diversos «stands» da Cidade do Livro e do Disco - este ano localizada na área da Zona Central da Festa - irão aparecer nos escaparates as mais recentes novidades, de entre as quais é de destacar o lançamento de uma edição especial de 528 páginas, ilustradas, de «Até Amanhã Camaradas», de Manuel Tiago. Prefaciada por Oscar Lopes, esta novidade editorial, além de aparecer com a capa impressa a alto relevo, contém igualmente 16 ilustrações a cores e 16 ilustrações a preto e branco da autoria do artista plástico Rogério Ribeiro, igualmente autor do trabalho da capa. Para assinalar o acontecimento, estará paten-

te a todos os que se deslocarem à Cidade do Livro e do Disco uma exposição das gravuras originais de Rogério Ribeiro que aparecem reproduzidas no livro - exposição esta - que, assinala-se, se realiza pela primeira vez no nosso país, depois de ter obtido assinalável êxito quando foi realizada na RDA.

Os livros e os autores

Outro dos títulos que terão presença destacada na Cidade que é uma festa na Grande Festa - e, tal como o anterior, também com a chancela das «Edições Avante!» - será um instrumento indispensável para a batalha eleitoral que se avizinha: falamos do livro «Eleições no Portugal de Abril», a mais completa análise e o maior conjunto de dados sobre os actos eleitorais realizados no nosso país desde a queda do fascismo.

Entretanto, e dado que a Festa do «Avante!» ocorre no ano do IV Centenário de Camões, também as iniciativas editoriais relacionadas com o acontecimento terão uma grande projecção na Cidade do Livro e do Disco. Desde logo, será lançado o primeiro número da Revista dedicada a Camões, que terá no cabeçalho os nomes de Oscar Lopes e Manuel Gusmão, respectivamente como director e sub-director. O primeiro número da Revista - cuja capa

é da autoria do artista Gil Teixeira Lopes - terá colaboração escrita de José Gomes Ferreira, Eugénio de Andrade, Oscar Lopes, Armando Rodrigues, Alexandre Cabral, Paulo Varela Gomes, Dagoberto Mark e António Borges Coelho, e ilustrações de Matilde Marçal, Isabel Sabino, António Carmo, Casquilho e Álvaro Perdigão.

Na medida em que a Cidade do Livro e do Disco constitui, como já afirmámos, um grande acontecimento no panorama editorial português, diversas outras editoras, além das «Edições Avante!», estarão igualmente presentes na Festa com últimos lançamentos. Estão neste caso o aparecimento de uma edição especial de «Os Galbénus», de Alves Redol, com prefácio de Álvaro Pina e ilustrações de Ribeiro Pavia (das Publicações Europa-América), uma obra de Vasco Magalhães Vilhena - «Praxis: a categoria materialista da prática social» (de Livros Horizonte) - e várias outras obras de autores como Vítor de Sá, Vital Moreira, Armando de Castro, Alberto Ferreira, António Pinho, Carlos Monteiro dos Santos, Maria Alberta Menéres, Dias de Melo, Alexandre Cabral, Rogério Paulo, Dias Agudo, Fernando Luso Soares (com «As Concepções Jurídico-Políticas em «Os Lusíadas»»), além de uma tradução de «Balanço Final», de Simone de Beauvoir.

A par desta actividade edito-

rial, numerosos autores portugueses estarão presentes na Cidade do Livro e do Disco, num contacto directo com o público, e de entre os quais é justo destacar o nome do poeta José Gomes Ferreira.

Os discos e os cantores

As novidades no campo discográfico não são, no entanto, de menos importância.

Os nomes famosos de Tom Paxton (presente nos espectáculos da Festa), Richie Evans, Country Joe McDonald, Joan Baez, Arlo Guthrie e Pete Seeger aparecerão reunidos num duplo «LP» intitulado «Bread and Roses».

Dos artistas portugueses sairão «LPs» de Fernando Tordo («Cantigas Cruzadas»), Ary dos Santos («Ary 80»), Paulo de Carvalho («Dez Anos, Doze Canções»), Carlos Mendes («Antologia II»), Adriano Correia de Oliveira («Cantigas Portuguesas»), e José Barata Moura («Rumba na Bomba» e «A Banho do Penteado no Passeio»), sendo a primeira de canções de intervenção e o segundo de músicas para os miúdos). Serão lançados igualmente «singles» de Luísa Basto («Rumor»), de João Fernando («Recado ao Emigrante») e do Adóque.

Um duplo «LP» com os maiores sucessos de Chico Buarque da Holanda poderá igualmente ser encontrado entre os títulos dos discos presentes na Cidade do Livro e do Disco.

... e a lojaeca!

Um «stand» especial da Cidade do Livro e do Disco terá



à disposição de todos os visitantes mais de 200 tipos diferentes de recordações, sobretudo as relacionadas com o tema «Festa do «Avante!»». Na «Lojeca» poder-se-á adquirir o mais variado tipo de recordações desde emblemas, medalhas, porta-chaves, isqueiros, camisolas, copos, chapéus - enfim, um nunca mais acabar de tenta-

ções para os que gostam de coleccionar estes pequenos objectos que assinalam, à sua maneira, as realizações do Portugal de Abril.

Além da «Lojeca» e para além do já célebre urso «Misha» - o risinho e simpático símbolo dos Jogos Olímpicos de Moscovo - será ainda lançado um novo brinquedo: o trepa-trepa!

A Cidade do Livro e do Disco mereceu uma cuidada preparação por parte de um colectivo de dez pessoas que, de há um mês a esta parte, trabalha exclusivamente na sua preparação.

Para se avaliar a envergadura da participação livreira e discográfica na Festa do «Avante!» basta dizer, por exemplo, que nos três dias estarão a trabalhar na Cidade do Livro e do Disco mais de 250 pessoas nos diversos sectores: autores portugueses, livro infantil, sector de vendas tipo supermercado (uma inovação este ano para evitar aglomerações e demoras entre os que querem adquirir os seus livros), secção de saldos (onde o preço dos livros estará ao nível de 74 e 75) e edições estrangeiras

— onde este ano e ao lado de casas editoras de Cuba, Hungria e União Soviética, estarão este ano presentes pela primeira vez o Instituto Nacional do Livro e do Disco de Moçambique e o Instituto Nacional Angolano do Livro e do Disco.

A Cidade do Livro e do Disco é, pois, um mundo dentro do mundo da nossa Festa: mundo preparado com cuidado e ao pormenor, mas já a pensar no futuro - é que se pensa já na construção de módulos próprios que permitam a instalação desta Cidade noutras grandes iniciativas de massas para além da Festa do «Avante!», não se excluindo uma próxima reedição do Grande Mercado Popular do Livro e do Disco.

O que vão fazer os Pioneiros?

As crianças têm na Festa do «Avante!», a semelhança dos anos anteriores, a sua própria festa, cuidada e preparada pelas organizações de Pioneiros.

O programa é variado e se a dificuldade for a escolha o melhor é não perder nada, a começar pelo ícar da bandeira dos Pioneiros, a que todos poderão assistir logo na abertura da Festa, na sexta-feira à tarde.

Em seguida, os que gostarem de pintura podem participar na feitura

de um mural colectivo, para o qual os ateliês existentes no local fornecerão os materiais necessários. A cada um se solicita «apenas» engenho e arte...

Ainda na sexta-feira será inaugurada a Biblioteca, onde certamente não faltam livros para os gostos.

O sábado, por seu turno, vai ser preenchido com a realização de diversas actividades desportivas e com a preparação para o Desfile «Vale Tudo» de domingo à tarde

(preparação de máscaras, instrumentos, etc.). Das 17 h às 19 h as atenções vão todas para o palco 2, onde terá lugar um grande espectáculo com o Barata Moura, os Sheiks, Palhaços, Grupo Soviético e Pioneiros, claro.

Domingo à tarde será a grande festa da petizada, com dança de máscaras, exhibições desportivas, etc., etc.

Muito mais coisas haverá para ver... a não perder!

De Odívelas para a Ajuda

A Comissão de Freguesia de Odívelas do PCP, na tentativa de facilitar as deslocações dos residentes naquela zona para a Festa do «Avante!» decidiu organizar excursões directas entre Odívelas e o Alto da Ajuda. O preço, para adultos, é de trinta escudos (viagem simples de ida ou de regresso); gratuito para as crianças até aos quatro anos e de quinze escudos dos cinco aos doze anos.

Na sexta-feira, as carreiras começam a sair de Odívelas às 18

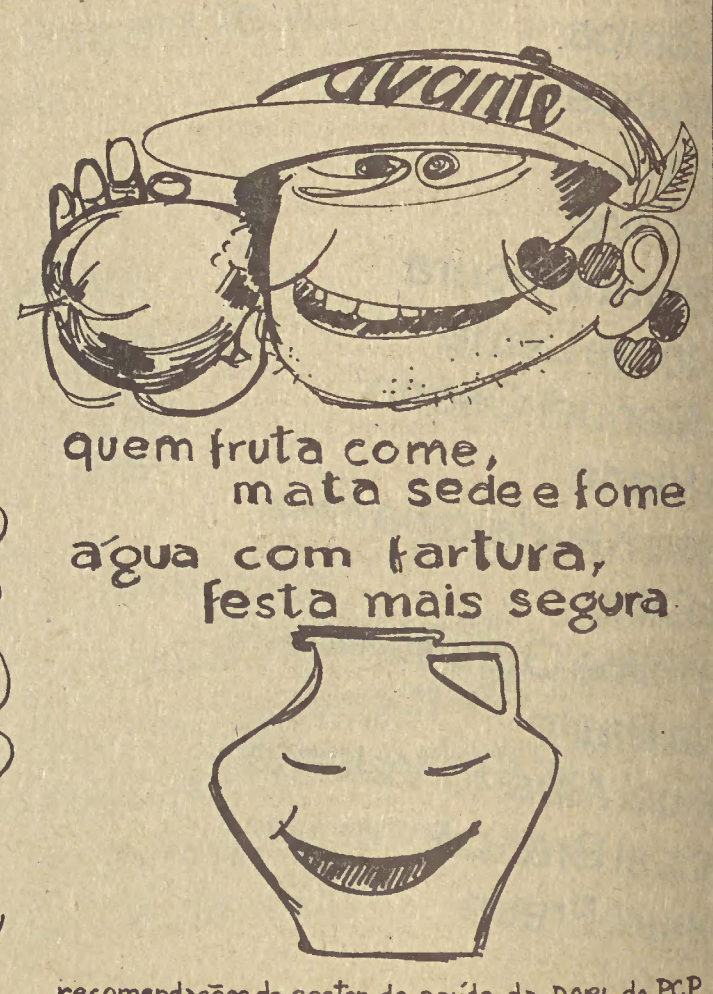
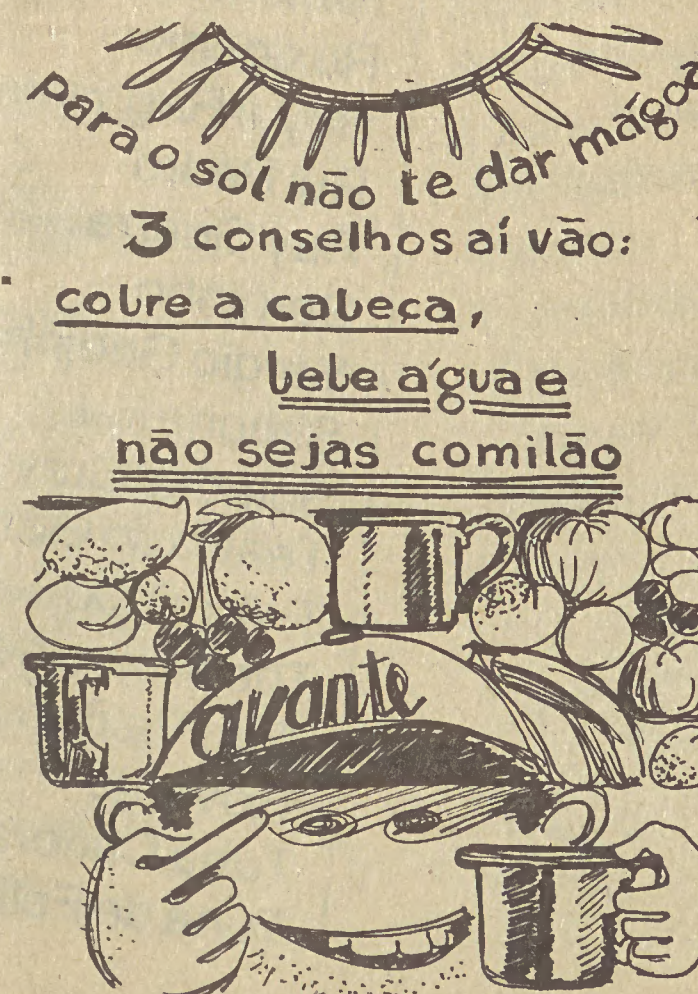
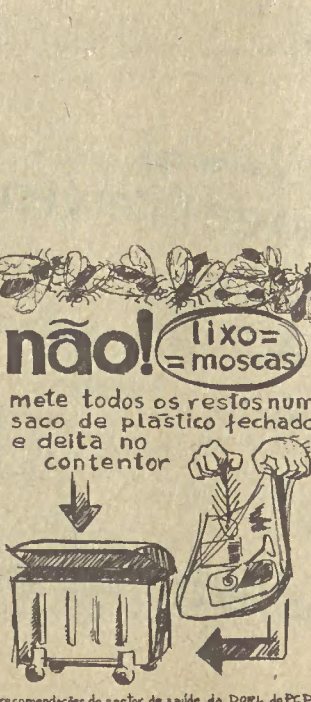
h, sendo de hora a hora até às 2 h da madrugada. No sentido inverso, da Ajuda para Odívelas, os autocarros são também de hora a hora, mas a partir das 18.30 h até às 2.15 da madrugada.

Sábado e domingo o horário é o mesmo, partindo de Odívelas às 8.30 h e 10.30 da manhã, depois de meia em meia hora a partir das 14 h até às 20 h, e das 22 h às duas da manhã. Do Alto da Ajuda para Odívelas efectua-se duas carreiras de manhã, às 9.30 h e às

11 h e depois igualmente de meia em meia hora a partir das 14.30 h às 18 h; de hora a hora das 19.30 h às 22.30 h e novamente de meia em meia hora das 23 h às 2.30 da madrugada.

Os locais de embarque para a Festa são em Odívelas, na R. D. Dinis (junto à Alameda Infante D. Henrique) e R. Alexandre Braga (junto à farmácia Jolén); Pombais (Alto dos Pombais); Patameiras (Escola da Urmeira) e Pontinha (Largo da Praça e Largo da Creche).

O sector de saúde da DORL recomenda...



recomendações do sector de saúde da DORL do PCP

Nova ameaça na Pesca

A frota portuguesa de pesca volta a estar em risco de pralisar. O prazo das licenças terminou para os barcos que pescavam ao largo da Mauritània. Como os compromissos assumidos em Janeiro pelo Governo não foram cumpridos para com aquele país do Norte de África, a Companhia Portuguesa de Pescas (CPP), empresa nacionalizada a que pertencem 22 barcos da frota, e a SNAPA, também nacionalizada (5 barcos), vão certamente parar por completo, se este Governo não arranjar uma solução que parece não interessar à sua política de assalto às nacionalizações, que procura tornar inviáveis para delas devolver o que interessa ao grande capital privado e aos interesses imperialistas no nosso país.

Em plenário recente, 25 sindicatos representativos do sector analisaram esse e outros problemas e responsabilizaram o Governo pelo boicote à renovação das licenças de pesca nas águas da Mauritània.

Multinacional da Tabaqueira

Nova negociata, desta vez nos tabacos, é mais um exemplo da política de um Governo que troca os interesses do País pelos lucros das multinacionais. Por intermédio das Secretarias de Estado das Finanças e da Indústria Transformadora, em despacho conjunto («Diário da República» de 4 do corrente) a Tabaqueira fica autorizada a investir 20 mil contos na multinacional Philip Morris. E, obviamente, não é para ir buscar lucros ao estrangeiro. É, pelo contrário, o primeiro passo para entregar uma empresa nacionalizada ao capital imperialista mediante a formação de uma sociedade mista, a Philip Morris (Portugal) Empresa Comercial de Tabacos, que se instalará no País pela mão deste Governo interessado em inundar o mercado com os «Marlboros» e outras marcas que levarão para o estrangeiro mais de metade dos lucros da Tabaqueira.

Manobra referendária na Cometna

Os trabalhadores da Cometna em luta por novos salários rejeitaram a grelha salarial que a administração da empresa tentava impor através de um referendo. A CT afirma que a manobra referendária era um «cheque em branco» que poucos trabalhadores aceitaram. A maioria entregou os impressos à CT que a administração pretende, sem êxito, desautorizar no exercício das funções que legitimamente lhe cabem como órgão representativo dos trabalhadores. Se não for conseguida, entretanto, uma solução, a fábrica da Amadora volta a parar por decisão unânime aprovada em plenário, na quarta-feira da semana passada.

IT na Cabos Ávila

Os trabalhadores da Cabos Ávila esperam que, desta vez, a Inspeção do Trabalho (IT) actue contra uma série de ilegalidades que o principal Sindicato (Indústrias Eléctricas) representado na empresa caracteriza como «gestão antidemocrática, ilegal e fascizante da administração» — responsável, designadamente, pela existência de um corpo de polícia privada na empresa. Segundo um dirigente daquele Sindicato, a IT vai tomar medidas, que se exigem «enérgicas», pois, em resultado da luta, a administração da Cabos Ávila levantou mais processos disciplinares e despediu delegados sindicais. O ACT em vigor não é aplicado na empresa. A administração ainda no princípio desta semana continuava a recusar as reuniões propostas pelos representantes dos trabalhadores.

Aviso na EPAL

Este Governo pode obrigar os trabalhadores da EPAL (Empresa Pública das Águas de Lisboa) a recorrer a formas de luta naturalmente gravosas para toda a população. Em causa estava ainda no princípio desta semana a falta de aprovação por parte do Ministério das Finanças do ACT (Acordo Colectivo de Trabalho) cujas negociações terminaram em Maio findo.

Encerramento da Confiança

Cerca de 120 trabalhadores, que se constituíram em piquetes de vigilância para evitarem a sabotagem da empresa, protestam contra a intenção patronal de encerrar a Fábrica de Bolachas e Biscoitos Confiança, de Queluz de Baixo, onde não se pagam salários há dois meses e onde as dívidas do patronato aos trabalhadores somam cerca de seis mil contos. Com a fábrica parada desde 19 de Maio, os responsáveis por cada decisão não entregam sequer os subsídios de abono de família e das baixas por parto, não pagam as quotizações sindicais, nem abrem a cantina, onde há géneros que pertencem aos trabalhadores. Os delegados sindicais garantem que a empresa é viável e um porta-voz dos trabalhadores em luta acrescentou que a administração da empresa desviou matéria-prima e cinco viaturas da fábrica para uma outra empresa de que os patrões da Confiança são sócios, em Ilhavo.

EDP na mira do Governo

O desmembramento da EDP (Electricidade de Portugal) no sentido de permitir a entrega ao grande capital privado dos sectores mais lucrativos, nacionalizados em 1975, transparece claramente numa resolução do Conselho de Ministros que refere a necessidade de «tomar viável uma participação das autarquias locais na gestão empresarial do sector eléctrico, nos aspectos ligados à distribuição», sector onde os lucros imediatos são mais fáceis de obter.

Despedimentos no Hotel Altis

Decerto surpreendido com a decisão da Secretaria de Estado da População e Emprego, que considerou injustificado o despedimento de cinco trabalhadores do Hotel Altis, em Lisboa, o patrão não acatou a resolução daquele departamento governamental e opõe-se à readmissão das despedidas. Uma delas é delegada sindical.

USL, USP e CIL elegem dirigentes

As Uniões de Sindicatos de Lisboa (USL) e do Porto (USP) elegeram recentemente os respectivos secretários. Estas estruturas intermédias do Movimento Sindical Unitário, as mais importantes dentro da CGTP-IN, reafirmaram, na ocasião, a vontade firme de prosseguir o rumo traçado no III Congresso da Central. As orientações e os objectivos para o período eleitoral que se aproxima podem sintetizar-se no aprofundamento da unidade, combatendo o divisionismo, e no prosseguimento das lutas de massas em defesa de melhores condições de vida e de trabalho contra um Governo e um patronato que fazem dos trabalhadores e das suas organizações representativas o inimigo principal.

As Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa (CIL) elegiam, entretanto, a respectiva comissão coordenadora de que fazem parte elementos daqueles órgãos representativos em algumas das maiores empresas do distrito.

Assim se viu e verá

Nesta página há pelo menos 3 aspectos da mesma situação, da realidade de uma política golpista em prejuízo do País. Esses 3 aspectos são:

- a) Um Governo fomentador de greves — até os «socialis-democratas» da UGT por tabela o reconhecem ao pedirem ao próprio Sá Carneiro, no Porto, a demissão do ministro do Trabalho;**
 - b) Um ataque programado ao sector público da economia — o Governo tenta impor na prática o que não conseguiu por via legal, enquanto concede todas as facilidades às multinacionais, quer a lei as permita ou não;**
 - c) Um assalto evidente aos direitos legais das massas trabalhadoras e à sua capacidade de os defender: bloqueamento de algumas das mais importantes convenções colectivas de trabalho, incluindo até as já assinadas na Petrogal e na EPAL; autorização de despedimentos colectivos; proliferação dos contratos a prazo e outras medidas do anunciado «pacote laboral»; estímulo e passividade perante a repressão generalizada ou selectiva em várias empresas; tentativas persistentes para dividir e desprestigiar o Movimento Sindical.**
- Sector empresarial do Estado, que o mesmo é dizer nacionalizações, em xeque (TAP, Covina, Equimetal, Tabaqueira, Pescas, EDP, CIMPOR, cervejeiras e outras empresas de vulto); conflitos como o da CP, cuja natureza e objectivos tanto o Governo como o conselho de gerência

continuam consabidamente a deturpar, na tentativa de extrair lucros demagógicos da propaganda «AD» (que seria «a ordem» e «a autoridade» contra «a desordem» dos trabalhadores organizados), na cegueira de arrecadar uns votos, virando a população contra formas de luta solidárias, justas e inevitáveis — eis em síntese alguns abusos e ilegalidades que esta página, sempre curta para o volume e a importância das lutas, procura condensar através dos conflitos que atingem os mais importantes sectores da economia nacional e conduzem a lutas impossíveis de evitar contra as medidas e objectivos de um Governo decidido a liquidar depressa tudo o que justifica (e dá razão e força para continuar) a luta contra o que foi a base económica do regime fascista em Portugal. Seis anos de lutas legais para arrancar de vez as raízes do fascismo e garantir a prática constitucional da democracia não são compatíveis com a existência de um Governo que quer devolver o País a meia dúzia de ricações e parentes, daqui e do estrangeiro, que procura fazer de milhões de trabalhadores gente amorfa e resignada que se limitaria a votar, sempre em piores condições, para que o seu voto fosse cada vez mais ilusório e acabasse por não ter sentido nenhum.

Mas os trabalhadores organizados têm voz, opção e força para acabar com a situação «AD», para liquidar uma política virada contra o rumo e a esperança de Abril. Assim se viu e verá.



Uma grande campanha de esclarecimento e solidariedade

Na TAP Um embrulho de contradições contra o interesse nacional

Sindicatos paralelos e ministros que sempre os apolaram estão agora (talvez só aparentemente) desavindos na TAP. Mas as contradições são reais. Pilotos afectos a partidos do Governo, inimigos declarados da unidade dos trabalhadores, e o próprio Executivo, procuram enredar a companhia numa teia que facilite soluções lesivas do interesse nacional e dos direitos da maioria dos trabalhadores, representados no conflito pela Comissão Negociadora Sindical.

Vinte Sindicatos representados na TAP subscreveram antontem uma proposta a entregar ao Governo para a solução da crise. O paralelo dos pilotos não a assinou. O mesmo aconteceu com outros dois micro-sindicatos, paralelos também: técnicos de voo e de manutenção. Estes últimos poderiam ter assinado. Não tinham objecções à proposta destinada a evitar a concretização da ameaça governamental (a «situação económica difícil») mas resolveram «solidarizar-se» com o paralelo dos pilotos. Resultado: os aviões ainda continuavam no solo terça-feira ao fim da tarde.

Entretanto, o paralelo dos pilotos, acusados de suborno e contrabando por alguns jornais afectos ao Governo e ao PPD, pretendia, se as suas pretensões elitistas fossem satisfeitas, que

todos os trabalhadores e os seus Sindicatos na TAP se comprometessem o congelar o direito à greve por três anos, podendo esse prazo ser prorrogado por mais dois.

Naturalmente, os Sindicatos que verdadeiramente representam os trabalhadores da TAP não aceitaram esse absurdo que, à semelhança de outras atitudes dos pilotos representados pelo paralelo (SPAC) torna aspectos que o aproximam de uma autêntica chantagem, como chantagista é também a atitude do Governo ao declarar a empresa em «situação económica difícil».

Como o Movimento Sindical e forças políticas democráticas, incluindo o PS, têm vindo a denunciar essa medida, cuja aplicação o Governo faz depender

do levantamento ou da continuação da greve, não se destina a recuperar a empresa, a resolver os seus problemas económicos e financeiros. Como sucedeu com a RN, a RDPE e outras empresas nacionalizadas, a «situação económica difícil» é pura e simplesmente uma ameaça contra postos de trabalho, salários e regalias dos trabalhadores.

A Comissão Negociadora Sindical (CNS), de que não fazem parte os sindicatos paralelos, mas representa 80 por cento do pessoal de terra (perto de 6 500 trabalhadores) responsabiliza o Governo e os partidos que o apolam pela situação a que se chegou na TAP e que há muito se destina a desestabilizar a Companhia, a debilitar-la economicamente para a poder desmembrar em proveito da gula do grande capital pronto a lançar-se sobre os sectores mais rentáveis da transportadora aérea nacional.

Os 13 Sindicatos representados na CNS afirmam que a crise da companhia não se resolve com medidas administrativas impostas autoritariamente. Não se resolve com ultimatos contra regalias e direitos adquiridos pela maioria

esmagadora dos 10 mil trabalhadores que emprega a TAP. Pelo contrário, a «situação económica difícil» propagandeada pelo Governo pode servir como cobertura publicitária para confundir ainda mais a opinião pública e preparar melhor o terreno para o desmembramento ou o encerramento da companhia com os prejuízos que isso significaria não só para o sector empresarial do Estado, mas para toda a economia nacional.

As benesses oferecidas aos «barões» da TAP, organizados no paralelo dos pilotos, com o acordo tácito dos partidos que agora estão no Governo, e com a própria assinatura do actual ministro da Indústria, na altura presidente da Comissão Administrativa da TAP, continuam a ser o núcleo central de um conflito com características muito especiais que lhe são atribuídas sobretudo pelos desníveis salariais entre uma elite muito reduzida e os restantes trabalhadores que se recusam a ser os únicos atingidos pela chantagem de um Governo que costuma errar todas as contas e que, mais uma vez, como sucedeu ainda há pouco com a RN, mostra desconhecimento por completo a verdadeira situação económica de empresas que se apressa

a declarar «difícil» com base em números que variam de um dia para o outro de 40 mil para 70 mil contos, como sucede em notas oficiais e declarações oficiais no que respeita ao custo diário da greve.

Ainda a luta na CP

O Acordo Colectivo de Trabalho continua por concluir na CP. Com adesão total, as paralisações mais recentes (17 de Maio e 2 e 3 do corrente) ainda não foram bastantes para desbloquear a situação. Mas as 48 horas de greve de quarta e quinta-feira da semana passada mostraram aos responsáveis pela situação que os ferroviários não deixarão de intensificar a luta, se tal ainda for necessário, quase dez meses depois de iniciadas as negociações para a revisão do CCT.

O conselho de gerência, actuando com a confiança do ministério da tutela e naturalmente do Governo, quer protelar o mais possível as negociações. Chega mesmo ao absurdo de não querer negociar durante a greve, depois de empurrar para ela os trabalhadores.

Segundo a Federação dos

Sindicatos Ferroviários, a luta intensificou-se porque, na última reunião da CNS com o CG este nem sequer se dignou acertar com os Sindicatos um calendário de negociações, «o que prova bem que não está interessado em chegar rapidamente a um acordo, mas apenas quer continuar a empatar tempo».

Fundamentalmente, o que a esmagadora maioria dos ferroviários pretende é que os desequilíbrios salariais já existentes não se agravem ainda mais. As tentativas divisionistas da gerência da CP não terão êxito. Os trabalhadores conhecem a manobra. Não é a primeira vez que são obrigados a lutar contra os «rebuçados» que os dirigentes da CP oferecem apenas a alguns trabalhadores. A Federação dos Sindicatos é clara: «estamos dispostos a aceitar como base da continuação das negociações uma contraproposta que à partida coloque em igualdade de condições todos os ferroviários; não se pode e aceitar uma contraproposta que não actualize as nossas condições de vida e de trabalho e ainda agrave os desequilíbrios existentes entre as várias carreiras e categorias profissionais».

Despedimentos na Standard devem servir de exemplo

• Mas não como quer a ITT/«AD»

Com uma paralisação de duas horas marcada para ontem, a luta na Standard Eléctrica / ITT prosseguirá até à reintegração de todos os despedidos. Numa conferência de Imprensa em pleno Rossio, na última sexta-feira, junto de uma das bancas de recolha de fundos e de apelo à solidariedade, um dirigente do Sindicato das Indústrias Eléctricas, maioritário na empresa, ao fazer o ponto da situação anunciava que os salários dos mais de 200 trabalhadores despedidos (mulheres na sua maioria) continuam a cargo da solidariedade amplamente manifestada por vários vias, com relevo para as bancas instaladas em vários pontos de Lisboa, Cacilhas, Almada, Amadora e Cascais.

A solidariedade para com uma luta difícil tem sido tão vasta e concreta que os fiéis servidores do capital americano instalados na administração da ITT se vêem na obrigação de emitir comunicados reafirmando que a «organização dos peditários» (sem aspas no «Diário de Notícias» da última sexta-feira) «se destina — como transcreve o mesmo ofício — a susceptibilizar a consciência pública, com fins iminentemente partidários». E assim que escrevem as «emissões» administrativas da filial da ITT que começaram por alcinhar os despedimentos de «redução do pessoal redundante».

Para os administradores da ITT em Portugal, os trabalhadores despedidos, sejam eles de que partido forem (e alguns que votaram nos do Governo também participaram na campanha de fundos e fizeram questão de o manifestar expressamente, como protesto, na folha que subscreveram) deviam abster-se de «susceptibilizar a consciência pública» e aceitar passivamente os despedimentos e as indemnizações correspondentes. Os srs. administradores escrevem mal, mas sabem o que querem. Não lhes agrada, politicamente claro está, a campanha de solidariedade para com os trabalhadores que despediram com o apoio do Governo. Não lhes agrada sobretudo a luta solidária que se desenvolve na empresa. Por isso despediram o seu tempo, certamente precioso, a redigir comunicados que substituem, neste caso, as notas oficiais da «AD» e merecem um prémio pelo cinismo, nomeadamente quando falam em locais (e poucos são) que «corroboram as afirmações feitas pelos administradores» — diz

ainda o «Diário de Notícias» — e repetem disparates sobre «manipulações» e sobre aquilo que pretenderiam fosse «um comportamento perfeitamente normal», isto é, perfeitamente passivo, da parte dos trabalhadores que não aceitam o despedimento.

O palavrado da administração ITT é o palavrado do Governo «AD». A conjugação de esforços é exemplar. Mas o exemplo não serve para os trabalhadores.

Com o apoio da opinião pública

Desde que a luta começou, os trabalhadores apoiados pelos seus órgãos representativos têm feito grandes esforços para informar a opinião pública sobre a justiça das suas reivindicações e ganhar o seu apoio e solidariedade para que os despedimentos não se concretizem numa empresa onde há trabalho para todos.

Milhares e milhares de comunicados têm sido distribuídos nas várias bancas de apoio, nas manifestações, nas ruas. A par dessa acção de esclarecimento, os Sindicatos e os delegados sindicais e a CT têm posto o seu empenho em diligências junto de órgãos de soberania, do Ministério do Trabalho e da própria administração para que a decisão de despedir seja anulada e todos os trabalhadores regressem aos seus postos de trabalho.

As propostas apresentadas pelos órgãos representativos dos trabalhadores (ORTs) incidem nomeadamente na integração de todas as companheiras e companheiros de trabalho, que não aceitaram o despedimento, como condição prévia para negociar com a administração «soluções que visem ultrapassar o presente conflito».

A administração não quer negociar nessas condições. Antes de aceitar discutir qualquer

proposta, entende que todos os trabalhadores incluídos na lista de despedimentos devem considerar-se despedidos e receber a respectiva indemnização, deixando de aparecer na empresa. Exige ainda a administração, antes de se prestar a discutir alguns casos isolados, que a Comissão de Trabalhadores assine um documento em que esta se compromete a desvincular-se dos restantes trabalhadores. «Nestas condições — sublinha a CT — não é possível negociar, já que não há organismo representativo dos trabalhadores, digno desse nome, que abandone um só dos seus representantes».

A trama é fácil de desmontar. A administração da ITT apoiada pelo Governo «AD» quer deixar os trabalhadores despedidos entregues a si próprios, sem ninguém que os represente dentro da empresa — já que fora seria ambicioso demais. E entretanto vai reprimindo e sonagando regalias dentro da fábrica para que a divisão entre os trabalhadores se instale e se criem condições para que a solidariedade não se possa manifestar.

A resposta correcta e indispensável a atitudes destas que são para a «AD» um programa e para as suas administrações e gerências uma intenção de todos os dias só pode ser dada através do reforço da unidade dos trabalhadores, do apoio aos órgãos representativos que elegeram, do cumprimento de todas as decisões, incluindo as formas de luta, aprovadas em plenário e do prosseguimento da solidariedade.

A Comissão de Trabalhadores da Standard Eléctrica / ITT, apelando à participação na campanha de fundos para pagamento dos salários às companheiras e companheiros despedidos, informa que quaisquer participações podem ser enviadas para a conta n.º 245/12998/000.6 do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, em Cascais. Os depósitos poderão ser efectuados também em qualquer dependência do Banco.



No Rossio, durante a conferência da Imprensa

O golpe da Covina em pleno desenvolvimento

«O que se pretende, em última análise, é a Inviolabilidade da Covina», golpe que «está agora em pleno desenvolvimento», afirma a União dos Sindicatos de Lisboa ao referir os objectivos do Governo para aquela empresa, cujo capital pertence maioritariamente ao Estado.

Enquadradas na ofensiva contra o sector público da economia, as pretensões do Executivo contra aquela unidade de produção, uma das maiores do País, apolam-se em «homens de mão da Aliança reaccionária, oportunamente colocados em lugares-chave» e, designadamente, um novo conselho de administração, «cujos membros é tudo gente afecto ao Governo Carneiro/Amaral», revela a USL num comunicado recente.

Os trabalhadores não foram ouvidos nem achados para a nomeação dos novos dirigentes da empresa. O mesmo sucedeu em relação aos projectos do Instituto de Participações do Estado e do Ministério da Indústria e Energia. Desprezando o que a lei dispõe nestes casos, o Governo faz tudo entre quatro paredes, consultando (ou dando ordens) apenas aos seus «homens de mão».

Os trabalhadores da Covina «têm ideias claras sobre as questões, têm propostas a formular», sublinha a USL acrescentando ser «um erro, neste caso intencional e criminoso, proceder à distribuição de lucros quando a empresa precisa de investimentos».

No ano findo, a Covina teve mais de 130 mil contos de lucro líquido. Nesse mesmo ano, foram distribuídos 48 mil contos de dividendos. Prevendo o mesmo procedimento relativamente a 1979, os trabalhadores esperam desde Abril por uma audiência pedida ao ministro da tutela para esclarecer essa e outras ques-

tões, como seja a recente autorização do mesmo Ministério para construir uma nova fábrica de chapa de vidro plano, que, segundo a USL, tem por «objectivo evidente açambarcar o mercado, tornar dispensáveis actuais capacidades produtivas da Covina» e criar condições para que a nova fábrica possa ser entregue ao grande capital privado com natural prejuízo do sector empresarial do Estado.

Os trabalhadores não encaixam o golpe do Governo

Como já referimos na semana passada, os 1200 trabalhadores da Covina, naturalmente preocupados com a defesa dos seus postos de trabalho e com a viabilidade da empresa, não encaixam o golpe do Governo e respondem com a luta. Já com uma greve e uma manifestação no activo, os trabalhadores e os seus órgãos representativos estão dispostos a rejeitar as pretensões do Governo na Covina e a adoptar as formas de luta necessárias, logo que a situação o exija e de acordo com as condições apresentadas.

«Os trabalhadores da Covina não estão desprevenidos, frisa ainda o comunicado da USL. Conhecendo perfeitamente a acção antidemocrática, antipatriótica e antilaboral deste Governo presidido por Sá Carneiro, sabem bem com o que podem contar. E estão mobilizados, vigilantes e dispostos à luta».

URSS: tudo a postos para a Olimpíada-80



Faltam apenas nove dias. De hoje a nove dias, sob a chama olímpica, levada da Grécia por muitos desportistas que cobriram milhares de quilómetros, em Moscovo, iniciam-se os Jogos Olímpicos de 1980!

Jornadas desportivas que unem as nações e os povos, os Jogos de 80 vão constituir um imenso espectáculo, seguido em todo o mundo através da televisão por milhões de pessoas, enquanto dezenas de milhares de espectadores deslocar-se-ão a Moscovo. Espectáculo mas não só. Os Jogos constituem um motivo, um pretexto privilegiado para o entendimento, a paz e a amizade entre os povos.

E se desta vez, a política reaccionária de alguns governos imperialistas, e de outros que se lhes curvaram, quis tirar o brilho das Olimpíadas, ficou provado, mesmo no desporto, que o imperialismo não tem razão. Não lhes deram razão os desportistas de todo o mundo e a esmagadora maioria dos países não participaram no boicote. No fim de contas, entre as maiores «potências do desporto», apenas três não vão estar presentes — os EUA, o Japão, a RFA.

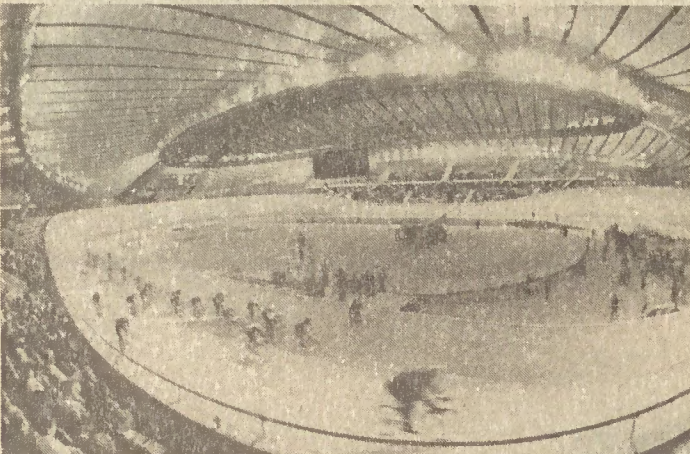
Os Jogos Olímpicos de Moscovo vão ser um êxito!

Calendário dos Jogos

	CERIMONIA INAUGURAL	ATLETISMO	REMO	BASQUETEBOL	BOXE	CANAGEM	CICLISMO	HIPISMO	ESGRIMA	FUTEBOL	GINASTICA	HALTEROFILIA	ANDEBOL	HÓQUEI EM CAMPO	JUDO	LUTA	NATAÇÃO	PENTATLO	TIRO	TIRO AO ALVO	VOLEIBOL	VELA	CERIMONIA DE ENCERRAMENTO
19 SABADO	●																						
20 DOMINGO			●	●	●		●			●	●	●	●	●		●	●	●	●		●		
21 SEGUNDA				●	●					●	●	●	●	●		●	●	●	●		●	●	
22 TERÇA			●	●	●		●		●		●	●	●	●		●	●	●	●		●	●	
23 QUARTA			●	●	●		●		●		●	●	●	●		●	●	●	●		●	●	
24 QUINTA		●	●	●	●		●		●		●	●	●	●		●	●	●	●		●	●	
25 SEXTA		●	●	●	●		●		●		●	●	●	●		●	●	●	●		●	●	
26 SABADO		●	●	●	●		●		●		●	●	●	●		●	●	●	●		●	●	
27 DOMINGO		●	●	●	●		●		●		●	●	●	●		●	●	●	●		●	●	
28 SEGUNDA		●		●	●		●		●		●	●	●	●		●	●	●	●		●	●	
29 TERÇA				●	●				●		●	●	●	●		●	●	●	●				
30 QUARTA		●		●	●				●		●	●	●	●		●	●	●	●		●	●	
31 QUINTA		●		●	●				●		●	●	●	●		●	●	●	●		●	●	
1 SEXTA		●												●							●		
2 SABADO					●	●				●					●						●		
3 DOMINGO								●															●



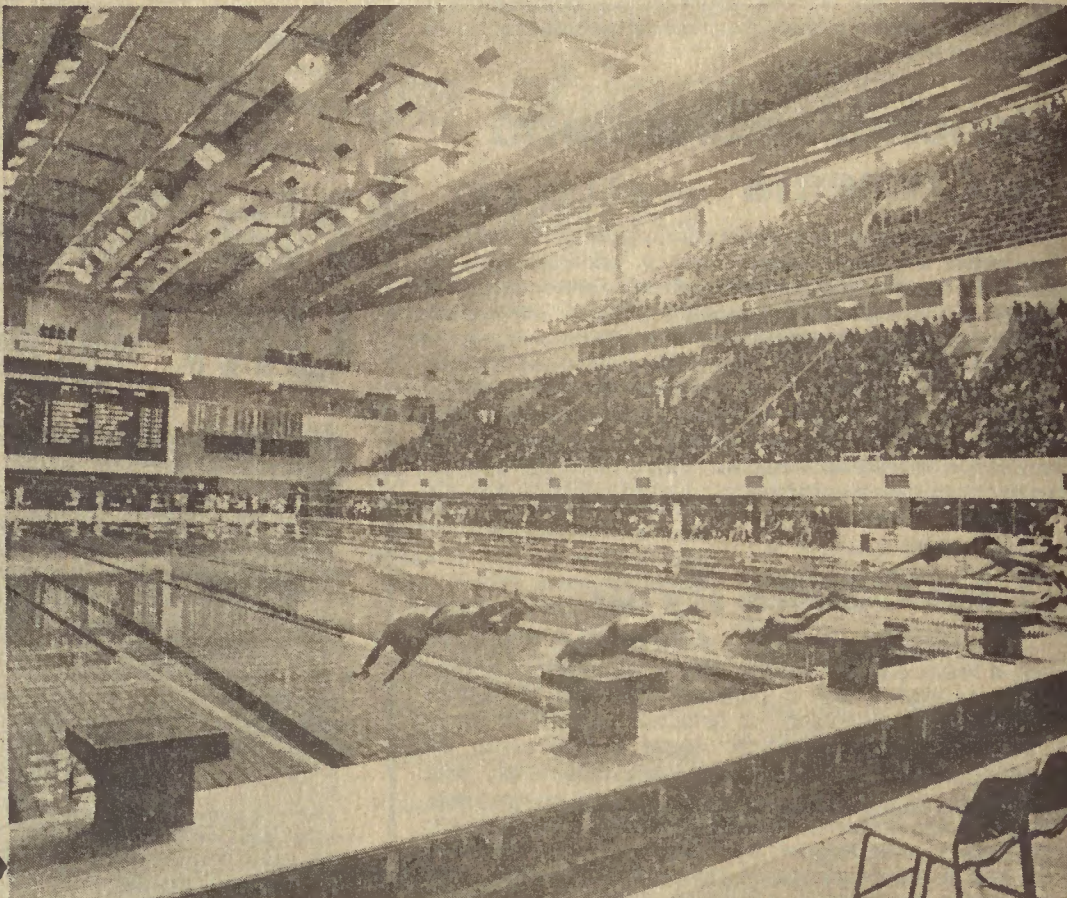
Entre os vastos edifícios desta parte de Moscovo, rodeados de jardins e de arvoredo como em todos os bairros da capital da URSS, pode ver-se o Palácio dos Desportos



Este vasto terreno de futebol não é apenas um terreno de futebol. Na realidade, trata-se de um dos ginásios polivalentes onde muitas actividades desportivas podem desenrolar-se.

Aqui é o velódromo olímpico. Tanto numa como noutra foto — de conjunto ou em vista parcial, podem apreciar-se as qualidades técnicas de uma construção especialmente destinada à prática do ciclismo.

Nesta piscina, construída especialmente para os Jogos Olímpicos de 1980, vão desenrolar-se as provas de natação. Quantos recordes vão tombar perante os olhos dos milhares de espectadores e dos milhões de telespectadores?



A neve em chamas



... Há muito que queria escrever um livro sobre Estalinegrado. E não só porque fui participante dessas batalhas mas, fundamentalmente, porque esta colisão agudíssima da guerra, o seu ponto culminante davam a possibilidade de mostrar com a maior nitidez o carácter do nosso povo."

Iuri Bóndarev

Praga: as Espartaquíadas Uma verdadeira sinfonia de som, cor e movimento

No ano em que se comemora o 35.º aniversário do fim da luta pela libertação nacional e da libertação do país pelo Exército Soviético, a Checoslováquia, onde a cultura física é mais do que centenária, preparou a mais gigantesca festa desportiva, sem paralelo em todo o mundo — as Espartaquíadas.

A tradição gloriosa das Espartaquíadas começou em 1921, num estádio provisório e construído à pressa, na ilha de Maniny, em Praga. Nessa data, mais de 30 mil ginastas evoluíram no terreno perante cerca de 170 mil espectadores. Em 1955, a segunda apresentação das Espartaquíadas decorreu já no Estádio Strahov, o maior do mundo, com capacidade para 250 mil pessoas, com um terreno quadrangular de 200 por 300 metros, onde cabem "apenas" onze campos de futebol, e onde podem evoluir simultaneamente 28 mil ginastas! Tomaram então parte na festa cerca de meio milhão de ginastas, número largamente ultrapassado em 1960. Em 1965 participaram 1 365 514, e em 1975 esse número subiu para 2 714 666!

Já então a qualidade das composições apresentadas era tal que o estádio assistiu a uma verdadeira sinfonia de som, cor e movimento. Tal só é possível dado o carinho e apoio dispensados pelo

Estado à educação física e ao desporto, considerando-os um meio muito importante para o fortalecimento da saúde e o desenvolvimento físico e mental harmonioso de todos os cidadãos.

A educação física e o desporto de massas,

composições da Espartaquíada chegam a Praga como uma torrente, oriunda das Espartaquíadas locais, distritais e regionais. É nas aldeias, vilas e cidades, junto dos empregos, perto de casa, que milhões de checoslovacos praticam regularmente uma actividade física, considerando-a parte integrante do seu dia-a-dia, sabendo que a sua participação lhe dará melhores condições de vida, mais disponibilidade psicofísica,

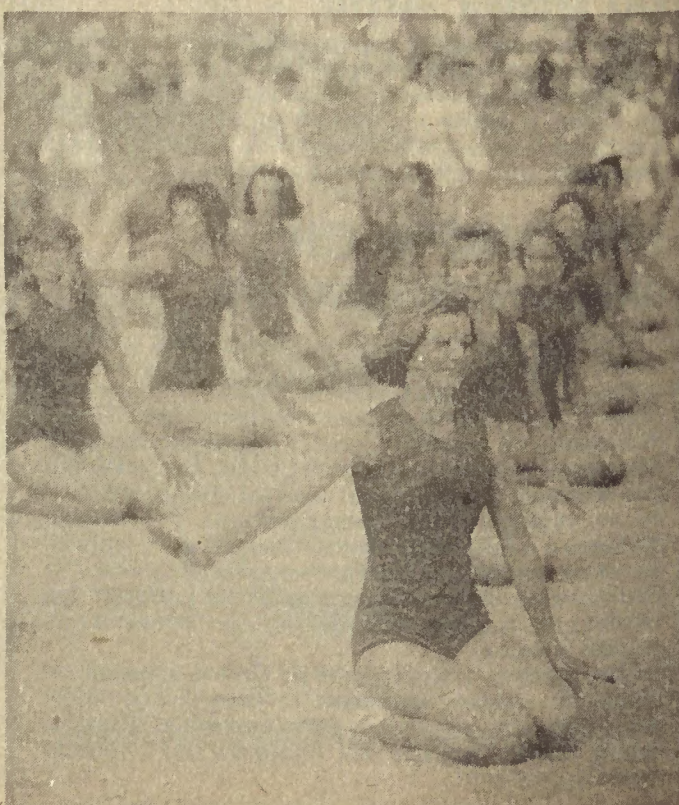
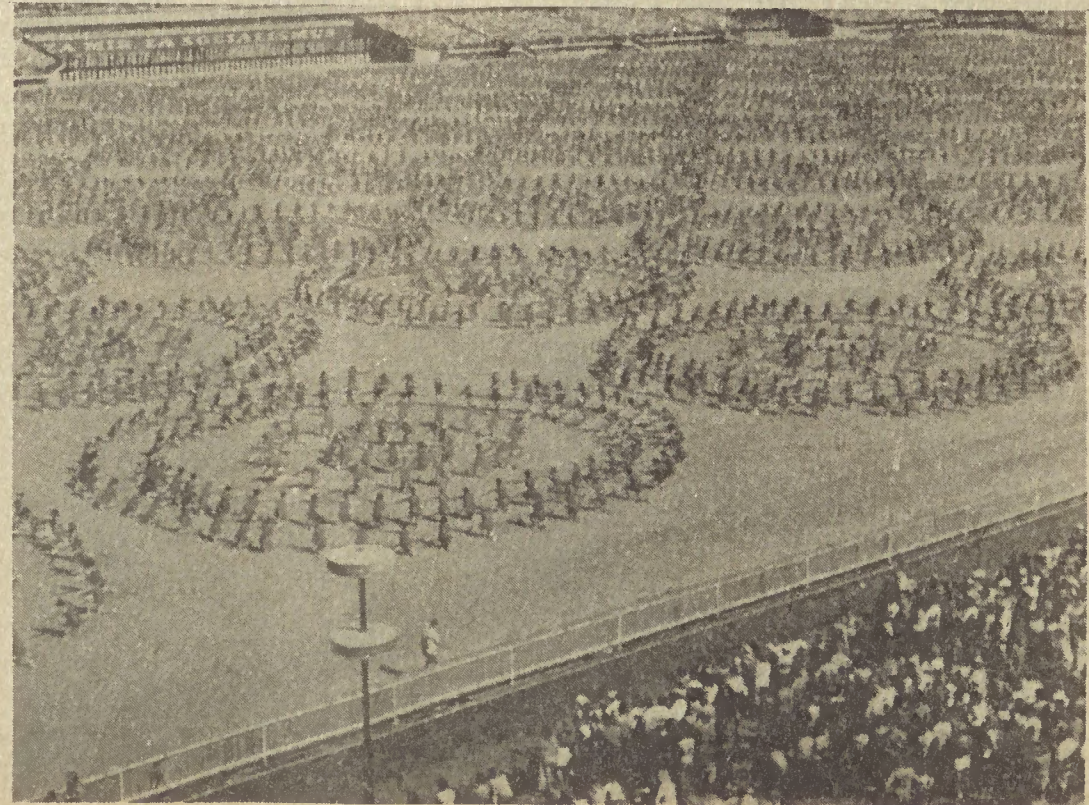
O grande desfile dos participantes de Praga — que contam este ano com 180 mil —, levou "apenas" 3 horas a percorrer uma larga avenida, em passo normal, numa grandiosa e emocionante manifestação de vida, alegria e confiança.

Contar as Espartaquíadas de 80 é impensável. Quem participe, seja no terreno, seja na bancada, nessa grande festa, jamais esquecerá as emoções vividas. As exhibições massivas de dezenas de milhares de crianças, jovens e adultos com mais ou menos idade, vindos das regiões mais diversas, formando um único bloco que se move ao mesmo acorde musical, desenhando quadros de espectacular beleza, em verdadeira sinfonia de cor, desenhando autênticos bordados, que constituem quadros vivos inenarráveis.

E não sabemos que mais admirar: se o trabalho de organização, todo computorizado, com as suas 13 mil marcas espalhadas no terreno, e os 90 alto-falantes implantados no solo, em 10 fileiras ao longo de todo o campo; se a escolha das cores dos equipamentos contrastando com o próprio terreno — borrifado por 6 tanques quando se pretende

dar-lhe um tom mais escuro; se a música, melodiosa e ritmada, propositalmente composta na maioria dos casos; se os esquemas, simples, estudados nos mais ínfimos pormenores para permitir o melhor aproveitamento das figuras, a miscelânea de atitudes rítmicas das mulheres e a força e destreza dos homens; se o voluntário empenhamento de todos os atletas que vão a Praga apenas com a estadia e 50 por cento dos transportes pagos e tendo de cumprir posteriormente o tempo de trabalho que não podem efectuar devido à deslocação; se a participação dos espectadores que em permanentes aplausos e vivas esteve, na realidade, no terreno. Inesquecível a trovoadas de aplausos que ininterruptamente se abateu sobre o Estádio, quando 6 mil jovens evoluíram sob verdadeira tromba de água!

As palavras dificilmente transmitem o que se viveu nesse Estádio. Fica-nos para contar a certeza da verdade do desporto de massas, do que significa o apoio do Estado à cultura física, de que não são palavras vãs o entendimento, a unidade, a solidariedade de um povo e entre os povos.



Semana

2
Quarta-feira

1976 — O Vietname reunifica-se, constituindo a República Socialista do Vietname.

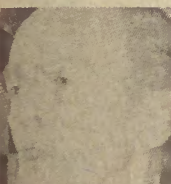


John Anderson

A população de Luanda realiza um gigantesco comício de protesto contra as agressões dos racistas sul-africanos contra a RP de Angola. O presidente da FIAT italiana anuncia que em Turim a companhia vai reduzir a sua produção em 30%, para o que despedirá cerca de 15 000 trabalhadores. O representante republicano John Anderson decide definitivamente apresentar-se às eleições presidenciais norte-americanas de 4 de Novembro, na qualidade de candidato independente. Segundo o jornal «Al-Anbaa», do Koweit, o presidente Sadat do Egipto mandou prender 600 altos funcionários na sequência de uma tentativa para derubar o regime. O dirigente angolano Lúcio Lara afirma que a agressão militar sul-africana tem como objectivos destruir os campos de refugiados da Namíbia, enfraquecer a capacidade de defesa de Angola e sabotar o caminho-de-ferro de Benguela. O presidente Carter, dos EUA, ordena o «envio urgente» para a Tailândia de equipamento bélico. O governo conservador de Margaret Thatcher anuncia nova «proposta» para tentar manter a preponderância dos protestantes na Irlanda do Norte contra os católicos que lutam pela unificação de toda a Irlanda.

3
Quinta-feira

1962 — A Argélia torna-se independente, depois de 132 anos de colonização francesa.



Sean MacBride

A República Árabe Saauri Democrática (RASD) é reconhecida como membro da OUA, durante a cimeira que decorre em Freetown, na Serra Leoa. Sean MacBride, prestigiado Prémio Nobel da Paz, acusa as potências da NATO de colaborarem com a África do Sul para lhe concederem capacidade nuclear. Elísio de Figueiredo, embaixador de Angola na ONU, informa o secretário-geral da organização que o seu país continua sob a agressão das forças racistas sul-africanas. Morre com 82 anos Tom Barry, figura lendária da luta pela independência da Irlanda. A Frente de Unidade Democrática Popular (FUDP), a força mais votada nas recentes eleições bolivianas, denuncia a existência de uma campanha de «propaganda negra» desencadeada por organizações reaccionárias. Delegações de Israel e do Egipto avistam-se em Washington, sob os «auspícios» de Carter, para tentarem «aplanar» as suas divergências sobre a questão palestiniana. Reúne em Moscovo uma cimeira sovieto-vietnamita, tendo sido acordada a ampliação dos laços de cooperação entre os dois países. O chanceler da RFA, Helmut Schmidt, anuncia no Parlamento de Bonn que a União Soviética está pronta a iniciar negociações com os EUA sobre a redução dos mísseis estacionados na Europa, mesmo antes da ratificação pelo Senado norte-americano do tratado SALT-II, considerando que tal constitui uma proposta nova e construtiva; entretanto Rádio Moscovo, comentando as recentes conversações Schmidt-Brejnef, afirma que «o que é importante é que se pode agora dizer que foi quebrado o impasse que durante meses bloqueou todas as conversações».

4
Sexta-feira

1918 — Começa o V Congresso dos Soviéticos da Rússia; adopção da primeira Constituição soviética.

Hernan Siles Zuazo, candidato da Frente de Unidade Democrática Popular, surge com a vitória praticamente assegurada nas eleições presidenciais bolivianas. No Brasil, vinte e um funcionários da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) são sumariamente demitidos por terem fornecido informações sobre a precária situação como vivem os índios brasileiros. O comandante da lei marcial na Coreia do Sul anuncia que o dirigente oposicionista Kim Dae-Jung e outras 36 pessoas serão «julgadas» em tribunal marcial por «tentarem derrubar o governo»; o «julgamento», que prevê a pena de morte, será feito ao abrigo das «leis» de segurança nacional, anticomunista e tentativa de sedição.

5
Sábado

1884 — Morre o compositor francês Massenet.

O vice-primeiro-ministro e ministro dos NE do Koweit, xeique Sabah Al-Ahmed Al-Sabah, considera que não existe uma ameaça de «invasão soviética» do golfo pelos seus recursos petrolíferos, como os EUA e alguns dos seus órgãos de informação, dizem, justificando assim a concentração de frotas norte-americanas na zona. O primeiro-ministro Robert Mugabe acusa a África do Sul de utilizar a sua missão diplomática em Salisbury para recrutar cidadãos do Zimbábue para combater em Angola e na Namíbia. O primeiro-ministro da Jamaica, Michael Manley, denuncia a existência de um plano de desestabilização nacional e internacional contra o seu governo.

6
Domingo

1964 — Independência do Malawi.

Em entrevista à revista alemã federal «Der Spiegel», o chanceler da RFA, Helmut Schmidt, aconselha a NATO a rever a questão das instalações de novos mísseis norte-americanos na Europa, tendo em conta as propostas da União Soviética sobre o assunto. Rádio Hanói informa que a artilharia chinesa bombardeou intensamente a província de Cao Bang, no norte do Vietname, causando vítimas e destruições em casas e culturas; a agressão, a mais violenta dos últimos meses, apenas terminou quando a artilharia vietnamita respondeu ao fogo. Tropas às ordens da junta governativa de El Salvador assaltam e ocupam o colégio jesuíta de San José onde se apoderaram de documentos relativos à repressão política do país. A polícia paquistanesa reprime, pelo segundo dia consecutivo, manifestações de muçulmanos shiitas que protestavam contra o regime militar chefiado pelo general Zia Ul-Haq.

7
Segunda-feira

1979 — Os governos dos EUA e da China assinam um extenso acordo comercial válido por três anos, que concede aos dois países a categoria de «nação mais favorecida».



Edward Kennedy

A Índia reconhece o governo da República Popular do Kampuchea. Fontes policiais turcas declaram que morreram pelo menos 95 pessoas em confrontos políticos ocorridos na Turquia durante a passada semana. O senador Edward Kennedy envia aos delegados à convenção democrática que o apoiam um memorando de quatro páginas sobre as questões em que baseará a sua luta final pela investidura como candidato à presidência norte-americana. O presidente francês Giscard d'Estaing reúne-se em Bonn com o chanceler Helmut Schmidt, no início da sua visita oficial de cinco dias à República Federal da Alemanha. Fracassa o reatamento das negociações israelo-egípcias sobre os acordos de Camp David, após o Egipto ter pedido que fosse adiado o seu reinício.

8
Terça-feira

1621 — Nasce o poeta francês La Fontaine.

Um comunicado do Ministério da Defesa angolano anuncia que as FAPLA expulsaram as tropas racistas que tinham ocupado algumas localidades do sul do país. A União Soviética reafirmou a sua proposta de negociações sobre a limitação de armas nucleares na Europa. O governo sionista de Israel insiste em avançar com a «lei» de anexação total de Jerusalém, não obstante tal decisão ter sido condenada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. O Sindicato dos Mineiros britânicos exige aumentos salariais de 35% e avisa o governo das consequências que poderá provocar caso se oponha à reivindicação.

O povo angolano expulsou os invasores

As forças invasoras sul-africanas foram expulsas de Angola numa enérgica contra-ofensiva de unidades das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA). No comunicado do Ministério da Defesa, divulgado em Luanda, informa-se que foram libertas dos ocupantes sul-africanos as localidades de Mulemba, Mongua, Avale, Cuamato e outras zonas ocupadas, desde há cerca de três semanas na região do Cunene.

A vitoriosa contra-ofensiva das FAPLA contra uma ocupação militar de que resultaram centenas de mortos entre a população angolana, e graves prejuízos económicos no sul do país, constitui uma reafirmação da determinação do povo angolano em garantir a total independência do país face às sucessivas ofensivas do imperialismo de que tem sido vítima, independência que passa também pelo legítimo direito de apoiar o povo da Namíbia na sua luta contra o regime de Pretória, pela independência nacional. Constitui simultaneamente uma reafirmação da capacidade para, nas mais difíceis condições, impor os seus direitos como povo livre.

Esta vitória assenta no grande apoio popular ao MPLA-PT e ao governo angolano, de par com a solidariedade de internacionalista dos países socialistas e das forças progressistas em todo o mundo.

Nestas semanas de ocupação estrangeira de localidades do Cunene, Angola mobilizou-se contra o invasor

sul-africano. Enquanto as FAPLA barravam o caminho às tropas invasoras, em todo o país se afirmava a firme determinação de lutar pela paz, pela independência, pela dignidade nacional, por uma posição consequentemente internacionalista. Sucederam-se manifestações de apoio ao governo e ao MPLA em todas as principais cidades do país, mobilizando os diversos sectores da população. Angola surgiu firmemente unida contra Pretória.

Como em todos os momentos em que a agudização de uma situação exige tomadas de posição inequívocas — ressaltaram agora, uma vez mais, os verdadeiros apoios com que o povo angolano pode contar, como as ambiguidades e as esquivas dos que, não podendo surgir à luz do dia contra o povo angolano, se cobrem com declarações e actos que na verdade resultam num apoio real aos agressores. Nessa linha se inserem as abstenções registadas no Conselho de Segurança da ONU. Em Portugal, saltou à vista a diferença de posições. Da parte do governo surgiu uma tardia tomada de posição, depois do embaixador angolano, em declarações públicas, referir a possibilidade de revisão de relações face a um comprometedor silêncio. Entretanto, os trabalhadores portugueses afirmaram claramente a sua solidariedade. A CGTP-IN condenou «com firmeza mais esta agressão dos racistas sul-africanos à República Popular de Angola e ao seu povo que,



Uma imagem do treino militar, que os combatentes angolanos nunca descuram, para darem resposta às necessidades da luta patriótica contra as agressões do regime racista de Pretória

sob a orientação do MPLA-PT e não obstante os sacrifícios já consentidos, continua firme no seu posto de combate em defesa da integridade territorial, na construção de uma Angola próspera e verdadeiramente independente e no apoio internacionalista à SWAPO, legítima representante do povo namibiano».

O PCP, que sempre se bateu, ao lado do MPLA, ao lado do povo angolano, reafirmou que «só uma política de amizade e cooperação para com a RPA é conforme

com os interesses do povo português e de Portugal e salienta perante os trabalhadores e os democratas portugueses a importância de uma activa solidariedade para com a luta do povo angolano».

A expulsão dos invasores pelo povo angolano constitui um contributo mais da República Popular de Angola para a defesa da paz no continente, para a reafirmação do direito dos povos a construírem uma nova vida, independente dos interesses do imperialismo.

Em Moscovo, nova etapa na batalha da paz

Foi quebrado o impasse. O reatamento do diálogo é possível. Esta a resultante fundamental do encontro Brejnef-Schmidt em Moscovo, um encontro que, neste momento, culmina a intensa e persistente actividade da União Soviética e dos países da comunidade socialista para pôr cobro ao adensar do panorama político internacional por aqueles que estão empenhados num retorno à guerra-fria.

Na sua intervenção no jantar em honra de Helmut Schmidt, no decurso da visita deste a Moscovo, Brejnef afirmou: «Em dez anos conseguiu-se uma importante experiência na solução dos conflitos, na eliminação de litígios e diferendos. Chegou-se a ultrapassar significativamente a inércia da «guerra-fria». A Conferência Europeia de Helsínquia caracterizou uma etapa importante nesta via. Os habitantes da Terra, sobretudo na Europa, respiraram mais livremente. Sentiram que a guerra já não estava à porta da sua casa. «Existem, no entanto, forças influentes a quem esta situação não agrada, a quem o desanuviamento não agrada. Elas têm interesse em atizar as crises, em prosseguir a corrida aos armamentos. Opõe-se-lhes, porém, uma força maior: é a aspiração dos povos à paz. Essa é permanente e ninguém pode ignorá-la».

Os resultados da cimeira de Moscovo demonstram exactamente que a aspiração dos povos à paz — aspiração que se

concretiza quer na luta persistente da comunidade socialista, quer nas tomadas de posição massivas dos povos — não pode ser ignorada, e se impõe, impondo também uma política mais realista da parte de alguns dirigentes do mundo capitalista. Foi o que agora se passou em Moscovo, e que dá sequência ao anterior encontro com o presidente francês.

Que perspectivas?

No comunicado final expressa-se a vontade comum de «assegurar, por todas as formas possíveis, que o desanuviamento continue a ser o principal orientador das relações internacionais». Nesse sentido a União Soviética afirma a sua disposição de participar em conversações imediatas que venham a conduzir à limitação da instalação de mísseis nucleares na Europa. Conversações que podem avançar mesmo antes da ratificação norte-americana do SALT-2, mas estando condicionada a aplicação

de um futuro acordo a essa ratificação.

Na sequência desta posição por parte da União Soviética, o chanceler da RFA, Helmut Schmidt, sugeriu o congelamento da instalação na Europa de quase 600 novos mísseis nucleares e a convocação de uma reunião da NATO para rever a sua política relativa a tal decisão do Conselho Atlântico.

Estará assim dado o primeiro passo para o retomar de uma política de desanuviamento militar, contra a política de corrida aos armamentos, promovida muito particularmente por Washington.

Um fruto de divergências na NATO?

A imprensa burguesa tem vindo a pôr particular acento nas divergências no seio da NATO. Assim, a União Soviética estaria no fundamental empenhada em acentuar tais divergências — resumindo-se até certo ponto a tal jogo a política da comunidade socialista. A par de tais análises surgem mesmo, aqui e acolá, os apelos à unidade.

Importa naturalmente não ignorar as divisões no mundo capitalista. É um facto inegável e sempre apontado pelo marxismo como um dado real. A última reunião da NATO, em Ankara, capital da Turquia, retrata isso mesmo. Temos a questão do Médio Oriente (e do petróleo),

a recusa por parte da Europa capitalista de aceder a uma orientação de Washington no sentido de concretizar um bloquo de transferência de tecnologia para a URSS, a própria questão da implantação de novos mísseis na Europa.

Entretanto, sobestimar a importância de tais divisões redundaria numa profunda subestimação do papel da União Soviética e da comunidade socialista na batalha permanente pela paz, na subestimação da influência da luta dos povos pelo progresso e a paz. Estes sim, factores decisivos, de que as próprias fissuras entre o capital são também reflexo. Um pequeno exemplo, para que não se perca o equilíbrio na apreciação de valores: o mesmo Giscard d'Estaing que foi conferenciar a Moscovo e que, através dessa realista forma de política externa contribui também para abrir portas à negociação, defende em Paris a bomba de neutrões. Contradições? Talvez. Mas contradições que se inserem e conjugam na lógica do capital.

Uma batalha que continua

A paz, que agora deu um passo em Moscovo, ultrapassando a perigosa fase de incomunicabilidade entre dois mundos que ainda terão que coexistir, para que o socialismo seja o futuro — é uma batalha permanente.

Imperialismo fomenta tensão no sudeste asiático

FACTOS diversos apontam para um deliberado agravamento da situação no sudeste asiático. O alvo: o Vietnam e o Kampuchea. Assim, temos o presidente Carter a encontrar-se com o presidente chinês em Tóquio, depois dos contactos havidos em Pequim, com o senador norte-americano Robert Byrd e o secretário de Estado adjunto Richard Holbrooke. Os ministros do pacto militar ASEAN, reunidos em Kuala Lumpur, onde se encontraram com o secretário de Estado norte-americano Edmund Muskie, aprovam uma declaração final provocatória. Em Agosto a Tailândia e a Malásia vão realizar os seus primeiros exercícios navais conjuntos nas costas do Vietnam e do Kampuchea. Provocações e conluios que se somam a provocações maiores como as verificadas na fronteira do Kampuchea com a Tailândia ou o agravamento das agressões chinesas ao Vietnam.

O que se passou na fronteira da Tailândia com o Kampuchea é um exemplo ilustrativo dos métodos do Imperialismo para provocar conflitos e agravar situações já de si difíceis, invocando, naturalmente, razões muito «humanitárias», ou acusando o povo agredido das acções agressivas que contra ele promove. Restos de bandos de Pol Pot e população empurrada por estes na sua fuga para a Tailândia, estacionaram nas fronteiras com o Kampuchea. O imperialismo tentou primeiro — a pretexto da fome entretanto liquidada com o auxílio internacionalista da comunidade socialista, em particular do Vietnam e da URSS — auxiliar de forma mais directa os bandos terroristas, invocando o «direito» mesmo de entrar por território do Kampuchea, para fazer as suas distribuições de um bem suspeito auxílio. As regras sugeridas pelo Kampuchea nunca foram aceites. Trata-se agora de «reparar refugiados». Também neste campo foram rejeitadas todas as tentativas por parte do Kampuchea e do Vietnam para resolver tal problema. Na verdade, o imperialismo está empenhado em «resolver-lo» à sua maneira. Foi então iniciado um processo de repatriamento, à revelia do próprio direito do Kampuchea de defender as suas fronteiras. Camiões militares tailandeses passaram a transportar através da fronteira grupos de centenas de elementos das destróidas forças de Pol Pot. Para completar o quadro, Washington acusa o Kampuchea de provocar incidentes na fronteira com a Tailândia e, invocando tão «relevante» argumento, organiza uma ponte aérea de armamento para Banguecoque, com carácter urgente e prioritário. Assim se cobre um acto agressivo acusando simultaneamente a vítima de agressor.

MAS o Kampuchea, como o Vietnam, não estão sozinhos na sua difícil tarefa de reconstrução nacional — a partir de um nível abaixo de zero e tendo de suportar simultaneamente um avassalador esforço defensivo. Enquanto a China acentua as agressões ao Vietnam, recorrendo mesmo ao intensivo bombardeamento de regiões fronteiriças, dirigentes soviéticos e vietnamitas acordam, em Moscovo, a ampliação dos estreitos laços de cooperação. Por outro lado, o reconhecimento indiano do governo do Kampuchea surge no momento em que estão em curso novas tentativas de agressão planeadas pelos EUA, a China e a Tailândia.

O recomeço do diálogo, que neste momento mesmo Washington já reconhece como uma possibilidade a encerrar, desenvolve-se paralelamente a uma política de força que importa não ignorar nunca. Em Setembro de 1979, o ministro norte-americano da Defesa, Brown, declarou à Comissão de política estrangeira do Senado, a propósito da orientação política militar do seu governo: «O nosso dever é manter um equilíbrio que reflita os nossos objectivos, as nossas prioridades e as nossas vantagens». Em resumo, um «equilíbrio» à medida dos interesses do imperialismo, da sua vontade — hoje irrealista — de domínio do mundo em seu proveito. E temos assim os planos para os mísseis cruise, «trident», «MX», os «corpos de intervenção», a decisão da NATO de instalar 572 novos mísseis nucleares na Europa.

Esta teoria sobre «equilíbrio» — muito relativa, como vemos — alimenta também a tese de «partilha» do mundo (como o socialismo...), e de que a paz significa impedir alterações revolucionárias em qualquer parte do mundo. O que «justifica» a intervenção no Afeganistão, os esforços no sentido de reforço das posições da NATO na Europa meridional (que também diz respeito a Portugal), a criminoso acção tendente a relançar as chamas da guerra no sudeste asiático (não por acaso este

«oportuno» encontro de Carter com o presidente chinês, em Tóquio), a tentativa de opor países muçulmanos a regimes progressistas, o Médio Oriente, a descarada protecção ao regime de «apartheid» na África do Sul. Alguns exemplos mais significativos, entre muitos outros.

Entretanto, se a política é esta — e tem naturalmente as suas nefastas consequências — os resultados não são exactamente os almejados. O processo revolucionário mundial amplia-se e aprofunda-se de forma evidente. A paz é defendida. Exigindo embora uma persistência a toda a prova, a política seguida pelo socialismo concretiza-se. Em Fevereiro de 1980, Andrei Gromyko, ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, afirmou: «A União Soviética pensa que é necessário reatar e prosseguir todas as negociações tendo em vista travar a corrida aos armamentos e atingir o desarmamento, negociações que se encetaram ao longo dos últimos anos a nível multilateral e bilateral e que foram interrompidas ou adiadas por diferentes razões». Apesar dos esforços conjugados para impedir a concretização deste objectivo, está aberto caminho para o reacender deste diálogo. Difícil, mas imprevisível, porque dele depende a própria sobrevivência da humanidade, e a força crescente dos povos e do socialismo assim o impõe.

«A paz é um bem absoluto para a Humanidade»

Do relatório do camarada Leonid Brejnef à recente sessão plenária do CC do Partido Comunista da União Soviética, destacamos, pela sua actualidade, partes referentes à actual situação política internacional, a sua interacção com a realidade interna e as tarefas que se colocam ao povo soviético, a política externa da URSS.

Política interna e política externa estão ligadas

A complexidade e a envergadura das tarefas da política interna aumentam com o desenvolvimento do país. Cada passo em direcção ao

saneamento do clima internacional implica um grande esforço. Os meios imperialistas agressivos aplicam-se em exercer pressão sobre a União Soviética e sobre as posições do socialismo no seu conjunto. Eles tentam mesmo isolar a União Soviética. Contudo, os seus actos começam a ser mal sucedidos. Isso explica-se, e em medida decisiva, pelo facto de que o potencial económico e o poderio militar do país dos soviéticos aumentaram incomensuravelmente e que a unidade social, política e ideológica da nossa sociedade se cerrou ainda mais. De resto, nós demos provas de firmeza e de coerência, não nos permitimos abandonar o caminho traçado pelo 24.º e 25.º Congressos do Partido, o que desempenhou um importante papel.

A actividade internacional do PCUS

O povo soviético aprova sem reservas a política pacífica de princípio, aplicada pelo PCUS e pelo Estado soviético, bem como as medidas aplicadas para defender e assegurar a segurança do nosso país. Nós não poupamos esforços para manter o desanuviamento, os resultados políticos obtidos nos anos setenta, para realizar um encontro sobre desarmamento, para apoiar o direito dos povos a um desenvolvimento livre e independente, para preservar e reforçar a paz.

É evidente que estes objectivos não são fáceis de conseguir. É evidente que o imperialismo tenta pôr à prova o desejo de paz dos

povos, o desejo de paz de todos nós, a boa vontade e a determinação de preservar o desanuviamento e as relações de boa vizinhança.

Todos os dias Washington procura fazer renascer o espírito da «guerra fria» e atacar as paixões imperialistas. Aproveitam, para isso, qualquer pretexto, real ou imaginário.

Tomemos como exemplo o Afeganistão. Os dirigentes dos EUA, bem como da China, não olham a meios, incluindo a agressão armada, para impedir os afegãos de edificar uma vida nova, de acordo com os princípios que estabeleceram na revolução de Abril de 1978. Quando fomos em auxílio do nosso vizinho, o Afeganistão, a pedido do seu governo, para responder à agressão, para repelir os

ataques das formações de bandidos que actuavam principalmente a partir do território paquistanês, Washington e Pequim levantaram um alvarco inaudito.

De que não foi a União Soviética acusada? Desde o desejo de penetrar nos mares quentes à intenção de pretender o petróleo estrangeiro? Mas o que aconteceu na realidade, foi que os esforços de atrair o Afeganistão para a órbita política imperialista e de criar uma ameaça, no sul, contra o nosso país, não resultaram. Não há o mínimo de interesse egoísta na ajuda soviética ao Afeganistão. Nós não tínhamos outra alternativa senão a de enviar tropas, e os acontecimentos confirmaram que era a única decisão certa.

Actualmente a vida normaliza-se pouco a pouco no Afeganistão. Os grandes bandos de contra-revolucionários foram desmantelados. Os intervencionistas sofreram graves reverses. Nestas circunstâncias, tomámos a decisão de retirar algumas unidades do nosso contingente do Afeganistão.

Fizemo-lo por acordo com o governo afegão e o seu presidente, o camarada Babrak Karmal. Naturalmente, continuaremos a ajudar o Afeganistão a construir uma nova vida, a salvaguardar as conquistas da revolução de Abril.

A paz é um bem absoluto para a Humanidade. A bandeira da paz e da cooperação entre os povos foi Lênine quem a brandiu. Nós seremos fiéis a essa bandeira.

A vitória da unidade nas eleições na Bolívia

As forças de esquerda, unidas, obtiveram na Bolívia uma significativa vitória eleitoral: os seus votos, correspondendo embora a uma maioria relativa, ultrapassam os votos somados dos dois outros candidatos mais votados — Paz Estenssoro, com claro apoio norte-americano e o ex-ditador Hugo Banzer.

Esta inequívoca vitória da esquerda boliviana traz ensinamentos e abre perspectivas que importa destacar. Trata-se da primeira vitória eleitoral de uma frente de esquerda, com activa participação dos comunistas, após a vitória da Unidade Popular no Chile. Constitui em si um aprecíavel contributo para o movimento

revolucionário que se expande e aprofunda em toda a América Latina. É a directa resultante da difícil conquista da unidade de esquerda boliviana e da força determinante do movimento operário no país.

6 de Agosto — o teste

A questão que agora se coloca é se os resultados eleitorais, a vontade popular tão claramente expressa, vai ser respeitada em Agosto, quando um novo governo assumir as suas funções. O Congresso deverá designar no próximo mês o presidente constitucional de entre os três candidatos

mais votados, na medida em que a maioria absoluta de votos não foi obtida. Apesar dos muitos exemplos de total desrespeito pela vontade popular que revelam a história da Bolívia como, de uma forma global, a do mundo capitalista, há razões para confiar que agora o novo presidente será o que o povo boliviano determinou.

A vitória da Frente da Unidade Democrática Popular (FUDP), nas eleições de 29 de Junho, garante nas duas Casas do Congresso uma maioria de senadores e deputados da esquerda suficiente para garantir a designação de Siles Zuazo, candidato da FUDP, como presidente da República. Por outro lado, a força dessa mesma

unidade, a força do movimento operário, pode garantir o respeito pelas instituições por parte das Forças Armadas, como abriram caminho à realização das próprias eleições, comprometida e contestada até ao fim por sectores de direita.

O 6 de Agosto surge assim como mais um teste da força da unidade, da força da esquerda, da nova realidade que se vai construindo na América Latina.

Antecedentes e perspectivas

A queda de Banzer, em 1978, assinalou uma viragem na situação política na Bolívia e uma sucessão de acontecimentos que atestam,

simultaneamente, da encamiçada resistência da direita, apoiada por Washington, e da força crescente da esquerda e do movimento operário organizado. As várias tentativas de golpe fascista foram sucessivamente goradas por esta força do movimento popular, que foi obtendo crescentes vitórias eleitorais, de que a direita conseguiu, entretanto, evitar a concretização prática. Os acontecimentos de 1 de Novembro de 1979 surgem com particular significado — em poucos dias o golpe fascista do coronel Natush é liquidado.

A repressão não pôde impedir que o massivo movimento popular afirmasse claramente na rua a sua firme posição contra o fascismo.

A afirmação da unidade de esquerda, por que incansavelmente se bateu o Partido Comunista da Bolívia, venceu a última tentativa militar para pôr em causa a realização de eleições, em Junho. A prática do terrorismo não impediu a participação massiva do povo boliviano no acto eleitoral que acaba de dar uma vitória incontestável à unidade de esquerda.

Actualmente abre-se a perspectiva de mais um regime popular na América Latina. As múltiplas tentativas do imperialismo na Bolívia saíram goradas. O poder popular é conquistado por uma força de votos assente na unidade, na envergadura do movimento operário.

